

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo  
**Romão Avila Milhan Junior**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siufi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 1726/2024-PGJ, DE 19.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Luciana do Amaral Rabelo para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Vara do Juizado Especial Central (2) da comarca de Campo Grande de 29.4 a 10.5.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Julio Bilemjian Ribeiro.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1727/2024-PGJ, DE 19.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Grazia Strobels da Silva Gaifatto para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 11ª Vara do Juizado Especial Central (2) da comarca de Campo Grande de 15.4 a 3.5.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Aline Mendes Franco.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1728/2024-PGJ, DE 19.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça 2, Assep 2, de 15 a 18.4.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Ludmila de Paula Castro Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1729/2024-PGJ, DE 19.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Coordenadoria da Secretaria de Desenvolvimento de Apoio às Atividades de Execução, Daex, de 15 a 18.4.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Ludmila de Paula Castro Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1740/2024-PGJ, DE 23.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Bianka Machado Arruda Mendes para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de Sidrolândia de 2.5 a 31.10.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1739/2024-PGJ, DE 23.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Indicar o Promotor de Justiça Luciano Furtado Loubet para, sem prejuízo de suas funções, compor o Grupo de Trabalho “GT Biomas”, da Comissão de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1738/2024-PGJ, DE 23.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Procurador de Justiça Helton Fonseca Bernardes para, sem prejuízo de suas funções, atuar como gestor no termo de convênio firmado entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, MPMS, e o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil Seção do Estado de Mato Grosso do Sul, IEPTB-MS (PGA nº 09.2024.00001757-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1681/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Viviane Zuffo Vargas Amaro 3 (três) dias de folga compensatória de 10 a 12.6.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1682/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Viviane Zuffo Vargas Amaro 1 (um) dia de folga compensatória em 17.6.2024, por ter coadjuvado as eleições de 2022, nos termos do artigo 98 da Lei Federal nº 9.504, de 30.9.1997.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1732/2024-PGJ, DE 19.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 6446/2023-PGJ, de 27.11.2023, que estabeleceu a escala de plantão integrado dos Promotores de Justiça de Campo Grande referente ao ano de 2024, de forma que, onde consta:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA ESPECIALIZADA (CEL.: 99288-9278)
25.3 (19h01min) a 1º.4.2024 (11h59min)	Aline Mendes Franco

- passe a constar:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA ESPECIALIZADA (CEL.: 99288-9278)
25.3 (19h01min) a 1º.4.2024 (11h59min)	Fabio Ianni Goldfinger

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1713/2024-PGJ, DE 18.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Juliane Cristina Gomes para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande em 18 e 19.4.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Reynaldo Hilst Mattar.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1714/2024-PGJ, DE 18.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Fabrícia Barbosa Lima para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados de 22 a 26.4.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Ricardo Rotunno.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1715/2024-PGJ, DE 18.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Amilcar Araujo Carneiro Junior para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal (1) da comarca de Dourados de 22 a 26.4.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Ricardo Rotunno.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1716/2024-PGJ, DE 18.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Antonio Carlos Garcia de Oliveira para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas em 8 e 9.4.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1717/2024-PGJ, DE 18.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Murilo Hamati Gonçalves para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Batayporã em 17 e 18.4.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1718/2024-PGJ, DE 18.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça João Meneghini Girelli para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista em 17 e 18.4.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1719/2024-PGJ, DE 18.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça João Meneghini Girelli, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 17ª Zona Eleitoral em 17 e 18.4.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1720/2024-PGJ, DE 18.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Juliana Nonato para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba em 29 e 30.4.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Leonardo Dumont Palmerston.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1721/2024-PGJ, DE 18.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Juliana Nonato, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 13ª Zona Eleitoral em 29 e 30.4.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Leonardo Dumont Palmerston.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1722/2024-PGJ, DE 18.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Fabio Adalberto Cardoso de Moraes para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Sete Quedas em 29 e 30.4.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Leonardo Dumont Palmerston.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1705/2024-PGJ, DE 18.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Regina Dornte Broch 5 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde de 1º a 5.4.2024, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1706/2024-PGJ, DE 18.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-1640/2023-PGJ, de 5.12.2023, na parte que concedeu à Promotora de Justiça Regina Dornte Broch 18 (dezoito) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, de forma que, onde consta: “Período - 2 a 19.4.2024”, passe a constar: “Período - 25.4 a 12.5.2024”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1734/2024-PGJ, DE 22.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Luciano Furtado Loubet para, sem prejuízo de suas funções, atuar como gestor no convênio de cooperação técnica e científica firmado entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, MPMS, e a Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, UEMS (PGA nº 09.2023.00009796-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1736/2024-PGJ, DE 23.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Gevair Ferreira Lima Junior para, sem prejuízo de suas funções, atuar como gestor do termo de parceria celebrado entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, MPMS, e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, FIPE (PGA nº 09.2023.00012977-0); e revogar a Portaria nº 1394/2024-PGJ, de 1º.4.2024, que designou o Promotor de Justiça Fernando Martins Zaupa.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1724/2024-PGJ, DE 18.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar os servidores Cleber do Nascimento Gimenez, Auxiliar, como presidente; Josiane Sanches de Mamann Zillo, Técnica II, como suplente da presidência; e Fabiano Alves Davy, Analista, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, comporem a Comissão Processante para apurar os fatos constantes no PGA nº 09.2023.00013055-5; e tornar sem efeito a Portaria 1668/2024-PGJ, de 16.4.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1725/2024-PGJ, DE 18.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar os servidores Josiane Sanches de Mamann Zillo, Técnica II, como presidente; Luiz Fernando Koyanagi, Analista; como suplente da presidência; e Vivian Severino da Silva Ribeiro, Técnica I, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, comporem a Comissão Processante para apurar os fatos constantes no PGA nº 09.2024.00002926-6; e tornar sem efeito a Portaria 1669/2024-PGJ, de 16.4.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1735/2024-PGJ, DE 22.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Retificar a Portaria nº 1710/2024-PGJ, de 18.4.2024, que designou servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais de convênio, de forma que, onde consta: “decorrente do Processo nº 09.2024.000 3041-8” passe a constar: “decorrente do Processo nº 09.2024.00003041-8”

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 1730/2024-PGJ, DE 19.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Luiz Fernando Ribeiro Barbosa, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Setor de Análise e Compras de 1º a 8.4.2024, em razão de afastamento do titular, Paulo Roberto Martins Cavallari.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



**PORTARIA Nº 1731/2024-PGJ, DE 19.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Setor de Análise e Compras de 9 a 12.4.2024 e em 15 e 16.4.2024, em razão de afastamento do titular, Paulo Roberto Martins Cavalari.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1737/2024-PGJ, DE 23.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Gabriel Damião Amaral Silveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designado para prestar serviços à 6ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca de 1º a 19.4.2024, em razão de afastamento da servidora Priscilla Nóbrega Coelho, Técnica II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1581/2024-PGJ, DE 10.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Suspender as férias concedidas ao servidor Marcelo Roque Daltro Tosta por meio da Portaria nº e-1702/2023-PGJ, de 18.12.2023, que seriam usufruídas de 1º a 10.4.2024, a serem usufruídas de 30.9 a 9.10.2024, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**CONSELHO SUPERIOR****DELIBERAÇÕES PROFERIDAS NA 7ª SESSÃO DE JULGAMENTO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL INICIADA EM 1º DE ABRIL DE 2024.****2. Ordem do dia:****2.1. Comunicação de Acordo de Não Persecução Cível firmado em Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios, celebrados na fase extrajudicial, submetidos à aprovação do Conselho Superior do MP, conforme artigo 6º, § 5º da Resolução nº 3/2021-CPJ, de 31.5.2021:****1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001906-6**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Eronivaldo da Silva Vasconcelos Júnior

Assunto: Apurar eventual irregularidade praticada pelo ex-prefeito Municipal de Fátima do Sul, Eronivaldo da Silva Vasconcelos Júnior, consistente na dispensa indevida de licitação para aquisição de materiais para velórios.

**Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE FÁTIMA DO SUL - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE PRATICADA PELO EX-PREFEITO MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL, CONSISTENTE EM DISPENSA INDEVIDA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA VELÓRIOS - CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL - APROVAÇÃO DO ANPC. 1. As diligências empreendidas pelo órgão de execução foram suficientes para solucionar o objeto dos autos. Celebração de Acordo de Não Persecução Cível em consonância com a Resolução nº 3/2021-CPJ, de 31 de maio de 2021. 2. Aprovação do ANPC.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, aprovou o Acordo de Não Persecução Cível e determinou a remessa dos autos à Promotoria de Justiça de origem, a fim de que se viabilize a homologação judicial, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

**2. Inquérito Civil nº 06.2024.00000157-8**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Glória de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Riccieri Doreto Schiave, José Beu Rodrigues Sobrinho, Marcelo Cássio Rodrigues, Aristeu Pereira Nantes.

Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa praticada em face do Município de Glória de Dourados, em razão do contrato administrativo 087/2018, envolvendo a empresa "Health Serviços", referente a contratação de laboratório especializado em exames laboratoriais.

**Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE GLÓRIA DE DOURADOS/MS - APURAÇÃO DE EVENTUAL PRÁTICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADA EM FACE DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA DE DOURADOS, EM RAZÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 087/2018, ENVOLVENDO A EMPRESA "HEALTH SERVIÇOS" - CELEBRAÇÃO DE "ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL" – OBRIGAÇÃO DE RESSARCIR O DANO CAUSADO - COMINAÇÃO DE MULTA DIÁRIA EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES FIXADAS NO ACORDO, QUE ATENDE OS CRITÉRIOS LEGAIS ESTABELECIDOS - APROVAÇÃO DO ACORDO CELEBRADO. Constatada a prática de ato ímprobo pelo investigado, houve a devida celebração de "Acordo de Não Persecução Cível", ajustando-se a conduta do compromissário às exigências legais, mediante cominação de multa diária em caso de descumprimento das obrigações pactuadas. Desse modo, observando-se que os critérios legais estabelecidos em norma que disciplina o "Acordo de Não Persecução Cível", no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, que restaram devidamente atendidos, faz-se mister a aprovação do acordo celebrado nesta esfera. Às providências.

**Advogados: Vitor Vandresen Militão, OABMS 024725; e Andrey Leal da Silva, OABMS 022335N/MS.**

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, aprovou o Acordo de Não Persecução Cível, com a remessa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para que se viabilize a homologação judicial, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**



## 2.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios:

### 2.2.1. Conselheira IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI:

#### 1. Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000691-4

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hospital Edelmira Nunes de Oliveira

Assunto: Apurar eventual desvio de verbas pecuniárias destinadas ao Hospital Edelmira Nunes de Oliveira de Guia Lopes da Laguna/MS.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE JARDIM - APURAR EVENTUAL DESVIO DE VERBAS PECUNIÁRIAS DESTINADAS AO HOSPITAL EDELMIRA NUNES DE OLIVEIRA DE GUIA LOPES DA LAGUNA – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - DEVOLUÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL – AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE CARACTERIZEM A PRÁTICA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando o acervo documental coligido ao presente feito, verifica-se que foram sanadas as irregularidades que deram ensejo à instauração do presente feito, haja vista que todos os valores não contabilizados na prestação de contas foram devolvidos pelo requerido, conforme comprovantes acostados aos autos. 2. Por outro lado, não há elementos concretos nos autos que demonstrem a prática de atos de improbidade administrativa, tampouco lesão ou ameaça de lesão aos interesses ou direitos tutelados pelo Ministério Público. 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

#### 2. Inquérito Civil nº 06.2022.00000083-8

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Corumbá

Assunto: Apurar irregularidade na contratação e execução dos serviços no Processo Licitatório que ensejou a celebração do Contrato Administrativo nº 03/2017 (Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 8020/2017), decorrente do desmembramento do IC nº 06.2017.00002401-4.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – COMARCA DE CORUMBÁ – APURAR IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NO PROCESSO LICITATÓRIO QUE ENSEJOU A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2017 – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO CONTRATO CELEBRADO – AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE CARACTERIZEM A PRÁTICA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Compulsando os autos, verifica-se que não foram constatadas irregularidades que configurem a prática de atos de improbidade administrativa pelo Município de Corumbá, ante a inexistência de vícios na celebração e duração do Contrato Administrativo nº 03/2017, firmado para a prestação de serviços advocatícios. 2. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

#### 3. Inquérito Civil nº 06.2016.00000603-4

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades ambientais e urbanísticas na Área de Preservação Permanente localizada no quadrante das Ruas Monte Carlo, Cafelândia, Araguaia, Napoleão Laureano e Montese em Dourados-MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – COMARCA DE DOURADOS – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES AMBIENTAIS E URBANÍSTICAS NA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE LOCALIZADA NO QUADRANTE

DAS RUAS MONTE CARLO, CAFELÂNDIA, ARAGUAIA, NAPOLEÃO LAUREANO E MONTESE – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – ÁREA URBANA CONSOLIDADA – REGULARIZAÇÃO DA REDE DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO – AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando o acervo documental coligido ao presente feito, verifica-se que o local, objeto de investigação desde o ano de 2015, foi considerado como área urbana consolidada. Por outro lado, nota-se que houve a regularização da rede de esgotamento sanitário das residências anteriormente consideradas irregulares,



inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

#### **4. Inquérito Civil nº 06.2019.00001589-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Joaquim Antônio de Melo

Assunto: Apurar desmatamento de 2,23 hectares de vegetação nativa em área de Savana Arborizada sem Floresta-de-Galeria, na Chácara Esperança, em Figueirão, sem autorização ambiental competente, conforme Parecer nº 684/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental 2016-2017).

**Advogada: Giovanna Consolaro – OAB/MS nº 16.035.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE - COMARCA DE CAMAPUÃ- APURAR DESMATAMENTO DE 2,23 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA NA CHÁCARA ESPERANÇA, EM FIGUEIRÃO/MS - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS -CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA- PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização da situação jurídico-ambiental do imóvel, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas ajustadas no TAC, instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000956-0, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007- PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

#### **5. Inquérito Civil nº 06.2020.00000855-5**

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Alessandra de Souza Pereira

Assunto: Apurar a regularidade da supressão de 8,67 hectares de vegetação nativa na Fazenda Terra Prometida, localizada em Campo Grande/MS e inscrita no CARMS0048602

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE – COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR A REGULARIDADE DA SUPRESSÃO DE 8,67 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA NA “FAZENDA TERRA PROMETIDA”, SEM AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL COMPETENTE - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização da situação jurídico-ambiental do imóvel, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas ajustadas no TAC, instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00013161-0, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007- PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

#### **6. Inquérito Civil nº 06.2021.00000516-2**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Dorival Jesus da Silva

Assunto: Apurar a supressão de 0,94 hectares em área de reserva legal e 1,5 hectares de vegetação nativa fora de área protegida na Fazenda Santa Tereza, conforme auto de infração n. 5671 e laudo técnico n. 10/2020.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE – COMARCA DE BONITO APURAR A SUPRESSÃO DE 0,94 HECTARES EM ÁREA DE RESERVA LEGAL E 1,5 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA FORA DE ÁREA



PROTEGIDA NA “FAZENDA SANTA TEREZA”, SEM AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL COMPETENTE - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização da situação jurídico-ambiental do imóvel, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ,

inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas do TAC, foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000318-7, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ. 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

#### 7. Inquérito Civil nº 06.2021.00000655-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Elisabete Neli

Assunto: Apurar informações sobre o déficit de 19,50 hectares em área de Reserva Legal, bem como a ausência de 3,25 hectares em Área de Preservação Permanente na “Fazenda Dominguinho”, em Naviraí/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 019/2020 CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS Rios – Projeto Córrego Curupai).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL MEIO AMBIENTE – COMARCA DE NAVIRAÍ APURAR INFORMAÇÕES SOBRE O DÉFICIT DE 19,50 HECTARES EM ÁREA DE

RESERVA DE LEGAL E A AUSÊNCIA DE 3,25 HECTARES EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – ADOÇÃO DE MEDIDAS SUFICIENTES PELA PROPRIETÁRIA DO IMÓVEL – ADEQUAÇÃO DO PRADA E APRESENTAÇÃO DE REGISTRO REGULAR NO CAR - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que não há justa causa para o prosseguimento do feito, haja vista que a requerida adotou as recomendações constantes no Parecer nº 019/2020 CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS Rios), tendo apresentado PRADA com todas as medidas necessárias para a regularização ambiental, além do registro regular no Cadastro Ambiental Rural – CAR e a adesão do imóvel ao Programa MS Mais Sustentável. 2. Portanto, diante da ausência de irregularidades a serem sanadas pela requerida, tampouco outras medidas complementares a serem adotadas no presente feito, não há razões para a continuidade das diligências ou instauração de ação judicial cabível.

3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

#### 8. Inquérito Civil nº 06.2022.00001215-6

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Kame Adania visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA MUNICIPAL KAME ADANIA – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - AUSÊNCIA DE LESÃO CONCRETA QUE JUSTIFIQUE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO – EXISTÊNCIA DE PRÉVIA AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - COMPOSIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE UM CRONOGRAMA PARA REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando o acervo documental coligido ao presente feito, verifica-se que não foram constatados elementos concretos suficientes que justifiquem o prosseguimento das investigações. Além disso, constatou-se a existência de prévia Ação Civil Pública instaurada em face do Município de Campo Grande, oportunidade em que houve composição para a apresentação de um cronograma para a revitalização das unidades educacionais. 2. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**



**9. Inquérito Civil nº 06.2022.00001235-6**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Elízio Ramires Vieira visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA MUNICIPAL ELÍZIO RAMIRES VIEIRA – EXISTÊNCIA DE PRÉVIA AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - COMPOSIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE UM CRONOGRAMA PARA REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando o acervo documental coligido ao presente feito, verifica-se que não foram constatados elementos concretos suficientes que justifiquem o prosseguimento das investigações. Além disso, constatou-se a existência de prévia Ação Civil Pública instaurada em face do Município de Campo Grande, oportunidade em que houve composição para a apresentação de um cronograma para a revitalização das unidades educacionais. 2. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

**10. Inquérito Civil nº 06.2022.00001237-8**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Oito de Dezembro visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA MUNICIPAL OITO DE DEZEMBRO – EXISTÊNCIA DE PRÉVIA AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - COMPOSIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE UM CRONOGRAMA PARA REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando o acervo documental coligido ao presente feito, verifica-se que não foram constatados elementos concretos suficientes que justifiquem o prosseguimento das investigações. Além disso, constatou-se a existência de prévia Ação Civil Pública instaurada em face do Município de Campo Grande, oportunidade em que houve composição para a apresentação de um cronograma para a revitalização das unidades educacionais. 2. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

**11. Inquérito Civil nº 06.2022.00001239-0**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Profº Adair de Oliveira visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES ESCOLA MUNICIPAL PROFº ADAIR DE OLIVEIRA - AUSÊNCIA DE LESÃO CONCRETA QUE JUSTIFIQUE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO – EXISTÊNCIA DE PRÉVIA AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - COMPOSIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE UM CRONOGRAMA PARA REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando o acervo documental coligido ao presente feito, verifica-se que não foram constatados elementos concretos suficientes que justifiquem o prosseguimento das investigações. Além disso, constatou-se a existência de prévia Ação Civil Pública instaurada em face do Município de Campo Grande, oportunidade em que houve composição para a apresentação de um cronograma para a revitalização das unidades educacionais. 2. Promoção de



arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

#### **12. Inquérito Civil nº 06.2022.00001284-5**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Profº Nagib Raslan visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA MUNICIPAL PROFº NAGIB RASLAN – AUSÊNCIA DE LESÃO CONCRETA QUE JUSTIFIQUE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO – EXISTÊNCIA DE PRÉVIA AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - COMPOSIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE UM CRONOGRAMA PARA REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando o acervo documental coligido ao presente feito, verifica-se que não foram constatados elementos concretos suficientes que justifiquem o prosseguimento das investigações. Além disso, constatou-se a existência de prévia Ação Civil Pública instaurada em face do Município de Campo Grande, oportunidade em que houve composição para a apresentação de um cronograma para a revitalização das unidades educacionais. 2. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

#### **13. Inquérito Civil nº 06.2022.00001349-9**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Cordeirinho de Jesus visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DA EMEI CORDEIRINHO DE JESUS – EXISTÊNCIA DE PRÉVIA AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - COMPOSIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE UM CRONOGRAMA PARA REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando o acervo documental coligido ao presente feito, verifica-se que não foram constatados elementos concretos suficientes que justifiquem o prosseguimento das investigações. Além disso, constatou-se a existência de prévia Ação Civil Pública instaurada em face do Município de Campo Grande, oportunidade em que houve composição para a apresentação de um cronograma para a revitalização das unidades educacionais. 2. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

#### **14. Inquérito Civil nº 06.2022.00001355-5**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Felipe Sáfiadi Alves Nogueira visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DA EMEI FELIPE SÁFIADI ALVES NOGUEIRA – AUSÊNCIA DE LESÃO CONCRETA QUE JUSTIFIQUE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO – EXISTÊNCIA DE PRÉVIA AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE



COMPOSIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE UM CRONOGRAMA PARA REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando o acervo documental coligido ao presente feito, verifica-se que não foram constatados elementos concretos suficientes que justifiquem o prosseguimento das investigações. Além disso, constatou-se a existência de prévia Ação Civil Pública instaurada em face do Município de Campo Grande, oportunidade em que houve composição para a apresentação de um cronograma para a revitalização das unidades educacionais. 2. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

#### **15. Inquérito Civil nº 06.2022.00001391-1**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Maria Edwiges de Albuquerque Borges visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DA EMEI MARIA EDWIGES DE ALBUQUERQUE BORGES – EXISTÊNCIA DE PRÉVIA AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - COMPOSIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE UM CRONOGRAMA PARA REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando o acervo documental coligido ao presente feito, verifica-se que não foram constatados elementos concretos suficientes que justifiquem o prosseguimento das investigações. Além disso, constatou-se a existência de prévia Ação Civil Pública instaurada em face do Município de Campo Grande, oportunidade em que houve composição para a apresentação de um cronograma para a revitalização das unidades educacionais. 2. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

#### **16. Inquérito Civil nº 06.2022.00001394-4**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Vera Alba Congro Bastos visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DA EMEI VERA ALBA CONGRO BASTOS — EXISTÊNCIA DE PRÉVIA AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - COMPOSIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE UM CRONOGRAMA PARA REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando o acervo documental coligido ao presente feito, verifica-se que não foram constatados elementos concretos suficientes que justifiquem o prosseguimento das investigações. Além disso, constatou-se a existência de prévia Ação Civil Pública instaurada em face do Município de Campo Grande, oportunidade em que houve composição para a apresentação de um cronograma para a revitalização das unidades educacionais. 2. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

#### **17. Inquérito Civil nº 06.2022.00001407-6**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Paraíso Infantil visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA DE





IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DA EMEI PARAÍSO INFANTIL – EXISTÊNCIA DE PRÉVIA AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - COMPOSIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE UM CRONOGRAMA PARA REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando o acervo documental coligido ao presente feito, verifica-se que não foram constatados elementos concretos suficientes que justifiquem o prosseguimento das investigações. Além disso, constatou-se a existência de prévia Ação Civil Pública instaurada em face do Município de Campo Grande, oportunidade em que houve composição para a apresentação de um cronograma para a revitalização das unidades educacionais. 2. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

#### **18. Inquérito Civil nº 06.2022.00001416-5**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Santa Terezinha visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DA EMEI SANTA TEREZINHA — EXISTÊNCIA DE PRÉVIA AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - COMPOSIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE UM CRONOGRAMA PARA REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando o acervo documental coligido ao presente feito, verifica-se que não foram constatados elementos concretos suficientes que justifiquem o prosseguimento das investigações. Além disso, constatou-se a existência de prévia Ação Civil Pública instaurada em face do Município de Campo Grande, oportunidade em que houve composição para a apresentação de um cronograma para a revitalização das unidades educacionais. 2. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

#### **19. Inquérito Civil nº 06.2022.00001417-6**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Profº Valdomiro Alves Gonçalves (antigo CEINF Aero Rancho II) visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DA EMEI PROFº VALDOMIRO ALVES GONÇALVES — EXISTÊNCIA DE PRÉVIA AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - COMPOSIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE UM CRONOGRAMA PARA REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando o acervo documental coligido ao presente feito, verifica-se que não foram constatados elementos concretos suficientes que justifiquem o prosseguimento das investigações. Além disso, constatou-se a existência de prévia Ação Civil Pública instaurada em face do Município de Campo Grande, oportunidade em que houve composição para a apresentação de um cronograma para a revitalização das unidades educacionais. 2. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

#### **20. Inquérito Civil nº 06.2022.00001428-7**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Profª Laura Rodrigues de Oliveira visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede



municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DA EMEI PROFª LAURA RODRIGUES DE OLIVEIRA — EXISTÊNCIA DE PRÉVIA AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - COMPOSIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE UM CRONOGRAMA PARA REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando o acervo documental coligido ao presente feito, verifica-se que não foram constatados elementos concretos suficientes que justifiquem o prosseguimento das investigações. Além disso, constatou-se a existência de prévia Ação Civil Pública instaurada em face do Município de Campo Grande, oportunidade em que houve composição para a apresentação de um cronograma para a revitalização das unidades educacionais. 2. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

## 21. Inquérito Civil nº 06.2022.00001431-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da EMEI Profª Luzinete Cezar Gonçalves visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DA EMEI PROFª LUZINETE CEZAR GONÇALVES — EXISTÊNCIA DE PRÉVIA AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - COMPOSIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE UM CRONOGRAMA PARA REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando o acervo documental coligido ao presente feito, verifica-se que não foram constatados elementos concretos suficientes que justifiquem o prosseguimento das investigações. Além disso, constatou-se a existência de prévia Ação Civil Pública instaurada em face do Município de Campo Grande, oportunidade em que houve composição para a apresentação de um cronograma para a revitalização das unidades educacionais. 2. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

## 22. Inquérito Civil nº 06.2022.00001444-3

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Profª Onira Santos Rosa – Extensão Rural (Fazenda Cambaúva) visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIIDADES NAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA MUNICIPAL PROFª ONIRA SANTOS ROSA (EXTENSÃO RURAL – FAZENDA CAMBAÚVA) – EXISTÊNCIA DE PRÉVIA AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - COMPOSIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE UM CRONOGRAMA PARA REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando o acervo documental coligido ao presente feito, verifica-se que não foram constatados elementos concretos suficientes que justifiquem o prosseguimento das investigações. Além disso, constatou-se a existência de prévia Ação Civil Pública instaurada em face do Município de Campo Grande, oportunidade em que houve composição para a apresentação de um cronograma para a revitalização das unidades educacionais. 2. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

**23. Inquérito Civil nº 06.2022.00001445-4**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal - Extensão Rural (Fazenda Santa Maria) visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - AVERIGUAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E PRECARIEDADES NAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA MUNICIPAL EXTENSÃO RURAL (FAZENDA SANTA MARIA) - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - AUSÊNCIA DE LESÃO CONCRETA QUE JUSTIFIQUE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO – EXISTÊNCIA DE PRÉVIA AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FACE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - COMPOSIÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE UM CRONOGRAMA PARA REVITALIZAÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando o acervo documental coligido ao presente feito, verifica-se que não foram constatados elementos concretos suficientes que justifiquem o prosseguimento das investigações. Além disso, constatou-se a existência de prévia Ação Civil Pública instaurada em face do Município de Campo Grande, oportunidade em que houve composição para a apresentação de um cronograma para a revitalização das unidades educacionais. 2. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

**24. Inquérito Civil nº 06.2023.00000846-7**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Fiscalizar a regularidade documental, bem como a estrutura material e física do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – Margarida Simões Correa Neder – Estrela Dalva, com finalidade de verificar se o órgão está realizando trabalho de excelência para o atendimento, bem como se o local oferece segurança para as crianças e adolescentes que frequentam o local.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - FISCALIZAR A REGULARIDADE DOCUMENTAL E A ESTRUTURA FÍSICA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS MARGARIDA SIMÕES CORREA NEDER – ESTRELA DALVA) - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - DOCUMENTOS REGULARIZADOS – AUSÊNCIA DE LESÃO CONCRETA QUE JUSTIFIQUE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando o acervo documental coligido ao presente feito, verifica-se que não foram constatados elementos concretos suficientes que justifiquem o prosseguimento das investigações. 2. Com efeito, o CRAS apresentou toda a documentação necessária para o seu funcionamento, encontrando-se devidamente regularizado. Por outro lado, não há comprovação de risco concreto de segurança para as

crianças e adolescentes que frequentam a unidade. 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

**25. Inquérito Civil nº 06.2023.00000848-9**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Fiscalizar a regularidade documental, bem como a estrutura material e física do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – Renato Pereira Guedes – Estrela do Sul, com finalidade de verificar se o órgão está realizando trabalho de excelência para o atendimento, bem como se o local oferece segurança para as crianças e adolescentes que frequentam o local.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE - FISCALIZAR A REGULARIDADE DOCUMENTAL E A ESTRUTURA FÍSICA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS RENATO PEREIRA GUEDES) -DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - DOCUMENTOS REGULARIZADOS – AUSÊNCIA DE LESÃO CONCRETA QUE JUSTIFIQUE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando o acervo documental coligido ao presente feito, verifica-se que não foram constatados elementos concretos suficientes que justifiquem o prosseguimento das investigações. 2. Com



efeito, o CRAS apresentou toda a documentação necessária para o seu funcionamento, encontrando-se devidamente regularizado. Por outro lado, não há comprovação de risco concreto de segurança para as crianças e adolescentes que frequentam a unidade. 3. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

## **2.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**

### **1. Inquérito Civil 06.2018.00003232-9**

2ª Promotoria do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia da eventual ocorrência de enriquecimento ilícito de servidor público, ante ao recebimento de subsídios sem a contraprestação de serviços públicos, em continuidade às investigações desenvolvidas nos autos de Inquérito Civil nº 49/2016.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NAVIRAÍ (MS) - DENÚNCIA ANÔNIMA - APURAR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – FUNCIONÁRIO FANTASMA - DILIGÊNCIAS REALIZADAS – OITIVAS DE TESTEMUNHAS – ESCLARECIMENTOS PRESTADOS - REALIZAÇÃO DE AUDITORIA – INCONGRUÊNCIA NA COMPUTAÇÃO DO RELATÓRIO DE PONTO NO LABOR - OBTENÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NÃO COMPROVADA - DOLO NÃO COMPROVADO - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CARACTERIZADO – INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PARA TUTELA COLETIVA DO PARQUET - ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil instaurado com o objetivo de apurar a notícia da eventual ocorrência de enriquecimento ilícito de servidor público, ante ao recebimento de subsídios sem a contraprestação de serviços públicos, em continuidade às investigações desenvolvidas nos autos de Inquérito Civil nº 49/2016. Ocorre que, findas as diligências úteis à instrução do procedimento, não houve comprovação, de maneira minimamente suficiente, de qualquer irregularidade passível de mitigação na esfera judicial à verossimilhança exigida pelo ordenamento pátrio, ou mesmo, qualquer outra conduta que pudesse ser classificada como ímproba nos termos da Lei n. 8.429/1921, de forma que uma Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa restaria destituída de fundamentos. Na realidade, depreende-se tanto das informações colhidas nos presentes autos, quanto da sindicância realizada no âmbito estadual e das informações prestadas pela Secretaria Estadual de Saúde, que o servidor investigado cumpria com suas obrigações laborais e não atentou contra seus deveres públicos, tendo restado justificadas as desconformidades de horários identificadas, inexistindo justa causa para responsabilização por improbidade administrativa. Destarte, diante da ausência de justa causa a sustentar o presente procedimento, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

### **2. Inquérito Civil 06.2021.00000317-5**

1ª Promotoria do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a supressão de 7,97 hectares de vegetação nativa sem autorização do órgão ambiental, nas propriedades denominadas Sete Quedas Gleba A e Sete Quedas Gleba B (parte), situadas no Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS, conforme auto de infração nº 6851/IMASUL.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO (MS) - MEIO AMBIENTE – DANO AMBIENTAL - SUSPENSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL CONCEDIDA PELO ÓRGÃO AMBIENTAL – DILIGÊNCIAS REALIZADAS – EMISSÃO DE NOVA AUTORIZAÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO AQUELA SUSPENSA – AUTORIZAÇÃO PARA MANEJO DO SOLO NOS LIMITES ESTABELECIDOS – PROIBIÇÃO APENAS DA EXPANSÃO DA ÁREA - IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – ENUNCIADO 03 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil instaurado para apurar a supressão de 7,97 hectares de vegetação nativa sem autorização do órgão ambiental, nas propriedades denominadas Sete Quedas Gleba A e Sete Quedas Gleba B (parte), situadas no Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS, conforme auto de infração nº 6851/IMASUL. Analisando os autos, considerando o novo zoneamento da Área de Proteção Ambiental onde se encontra a propriedade, tem-se que o IMASUL concedeu nova autorização ambiental para supressão vegetal investigada, nº 1611/2023, com validade até 18 de abril de 2027, tendo expressamente mencionado que: "Esta autorização ambiental substitui a autorização nº 0191/2019, restituindo o prazo



restante". Desta feita, inexistindo outras providências de recuperação ambiental a serem adotadas no presente feito, aplica-se no caso dos autos a fundamentação do Enunciado nº 03, do Conselho Superior do Ministério Público, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

### 3. Inquérito Civil nº 06.2021.00001076-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Flavio Junior Borges e Mutum Reflorestadora LTDA.

Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental decorrente do funcionamento da atividade de carvoejamento vegetal sem licença do órgão competente ocorrido na Fazenda Cabeceira Funda.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIBAS DO RIO PARDO - MEIO AMBIENTE - APURAR OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL -

CARVOARIA – DILIGÊNCIA REALIZADAS – AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO PELO ÓRGÃO COMPETENTE - REALIZAÇÃO DE TAC – CONSTATAÇÃO - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Trata-se de Inquérito Civil instaurado para apurar eventual ocorrência de dano ambiental decorrente do funcionamento da atividade de carvoejamento vegetal sem a licença do órgão competente, ocorrido no interior do imóvel

rural “Fazenda Cabeceira Funda”. 2. Cumpre destacar que, o artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça, passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC - Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. 3. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000788-3 no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

### 4. Inquérito Civil nº 06.2021.00001102-0

76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar a correção das irregularidades sanitárias e estruturais na UPA Coronel Antonino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 76ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE (MS) – SAÚDE PÚBLICA – UPA CORONEL ANTONINO – DENÚNCIA – DILIGÊNCIAS REALIZADAS- IRREGULARIDADES CONSTATADAS – RELATÓRIO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA –SEFES - VISTORIA *IN LOCO* PELO PARQUET – ADOÇÃO DE MEDIDAS SUFICIENTES A

CORRIGIR AS IRREGULARIDADES APONTADAS – COMPROVAÇÃO - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil instaurado por esta 76ª Promotoria de Justiça com a finalidade de apurar a correção das irregularidades sanitárias e estruturais na UPA Coronel Antonino. Realizadas as diligências instrutórias, observou-se que foram adotadas medidas suficientes à correção dos problemas observados. Outrossim, diante da existência do Cumprimento de Sentença em desfavor do município de Campo Grande de nº 0922937-63.2023.8.12.0001, que condenou o Réu "na obrigação de equipar a Unidade de Pronto Atendimento/UPA Coronel Antonino com todos os equipamentos, aparelhos, materiais e mobiliário obrigatórios para o atendimento de sua competência, em quantitativo proporcional ao porte da unidade (Porte III), conforme rol estabelecido na Portaria nº 2.048/2002 do Ministério da Saúde, ou em outra que a substitua ou complemente", não se operam razões de ordem prática aptas a justificar a continuidade das investigações sob o prisma dos direitos difusos ou coletivos, visto que eventuais irregularidades ulteriores poderão ser diretamente levadas à Juízo. Portanto, devido ao caráter satisfativo das medidas adotadas e a resolutividade da atuação ministerial, nos termos do artigo 26 da Resolução nº 15, de 27 de novembro de 2007, a homologação da promoção de arquivamento do inquérito civil é a medida que se impõe.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**



**5. Inquérito Civil nº 06.2023.00000134-1**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana

Requerido: Agropecuária Coelho Maymone LTDA.

Assunto: Apurar a supressão de 46,66 hectares em área de preservação permanente e remanescente de vegetação nativa, na Fazenda Estância Lúcia (Lote nº08 - A), em Aquidauana/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico n. 11/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE AQUIDAUANA – MEIO AMBIENTE – PROGRAMA DNA AMBIENTAL – APURAR SUPRESSÃO DE 46,66 HECTARES EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E REMANESCENTE DE VEGETAÇÃO NATIVA – DILIGÊNCIAS REALIZADAS - CONSTATADA AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO PELO ÓRGÃO COMPETENTE - REALIZAÇÃO DE TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Trata-se de Inquérito Civil instaurado para apurar a supressão de 46,66 hectares em área de preservação permanente e remanescente de vegetação nativa, na Fazenda Estância Lúcia (Lote nº08 - A), em Aquidauana/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico n. 11/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental). 2. Cumpre destacar que, o artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça, passou

a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC - Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. 3. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2024.00001034-4 no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

**6. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2024.00000441-0 – SIGILOSO**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo improvimento do presente recurso, mantendo-se o arquivamento definitivo da Notícia de Fato nº 01.2024.00000441-0, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

**7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000699-8**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível prática de ato de improbidade pelo atual prefeito Valdecy Pereira da Costa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CASSILÂNDIA (MS) – DENÚNCIA APÓCRIFA - APURAR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – DOAÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO – SUPOSTO FAVORECIMENTO POLÍTICO – UTILIZAÇÃO INDEVIDA DE BEM PÚBLICO PARA OBTENÇÃO DE VANTAGEM PESSOAL - DILIGÊNCIAS REALIZADAS – OITIVAS DE TESTEMUNHAS E DAS PARTES – ESCLARECIMENTOS PRESTADOS – RAZOABILIDADE - OBTENÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NÃO COMPROVADA - DOLO NÃO COMPROVADO – ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CARACTERIZADO – INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PARA TUTELA COLETIVA DO PARQUET - ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil instaurado para apurar possível prática de improbidade pelo então prefeito de Cassilândia, Valdecy Pereira da Costa, em que supostamente, em fevereiro de 2022, um caminhão pertencente ao município de Cassilândia/MS estaria sendo utilizado para transportar terra entre propriedades particulares, objetivando com a ação favorecimento e apoio político (fl. 06/07). Ocorre que, findas as diligências úteis à instrução do procedimento, não houve comprovação, de maneira minimamente suficiente, de qualquer irregularidade passível de mitigação na esfera judicial à verossimilhança exigida pelo ordenamento pátrio, ou mesmo, qualquer outra conduta que pudesse ser classificada como ímproba nos termos da Lei n. 8.429/1921, de forma que uma Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa restaria destituída de fundamentos. Destarte, diante da ausência de justa causa a sustentar o presente procedimento, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007-PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, tem se que o arquivamento é medida que se impõe.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

**8. Inquérito Civil nº 06.2023.00000727-9**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Bandeirantes

Assunto: apurar a regularidade da contratação da empresa Engeluga Engenharia Eireli-ME, pela Autarquia Municipal SAAE, por meio da inexigibilidade n. 01/2022.

EMENTA :INQUÉRITO CIVIL – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BANDEIRANTES (MS) - APURAR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – CONTRATAÇÃO MODALIDADE LICITATÓRIA INADEQUADA – INEXIGIBILIDADE - AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS AUTORIZADORES - DILIGÊNCIAS REALIZADAS – RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL EXPEDIDA – EFETIVA RESCISÃO CONTRATUAL - OBTENÇÃO DE VANTAGEM PECUNIÁRIA NÃO COMPROVADA - DOLO NÃO COMPROVADO – ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CARACTERIZADO – INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PARA TUTELA COLETIVA DO PARQUET – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Trata-se de Inquérito Civil instaurado para apurar a regularidade da contratação da empresa Engeluga Engenharia Eireli-ME, pela Autarquia Municipal SAAE de Bandeirantes (MS), por meio da inexigibilidade n. 01/2022, notadamente pela ausência dos requisitos necessários para autorizar a utilização de tal modalidade licitatória. A atuação ministerial demonstrou resolutividade, pois as irregularidades decorrentes da modalidade licitatória inadequada foram devidamente interrompidas por via da comprovada rescisão contratual entre as partes investigadas. Destarte, diante da ausência de justa causa a sustentar o presente procedimento, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007- PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, tem-se que o arquivamento é medida que se impõe.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.**

**2.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001903-7**

67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível violação do direito/garantia de acessibilidade das pessoas com deficiência na Unidade Básica da Família/UBSF - Marabá.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 67ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DE POSSÍVEL VIOLAÇÃO DO DIREITO/GARANTIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA À ACESSIBILIDADE NA "UBS RURAL ANHANDUÍ" - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2024.00000990-4 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPI/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta" celebrado às fls. 473/479, está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a

Promotoria de Justiça de origem informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000990-4 (fl. 497) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001963-7**

67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível violação do direito/garantia da pessoa com deficiência à acessibilidade na Unidade Básica de Saúde/UBS rural Anhanduí.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 67ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS -



APURAÇÃO DE POSSÍVEL VIOLAÇÃO DO DIREITO/GARANTIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA À ACESSIBILIDADE NA UBS RURAL ANHANDUÍ - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2024.00000990-4 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta" celebrado às fls. 486/492, está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a

Promotoria de Justiça de origem informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000990-4 (fl. 507) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

### 3. Inquérito Civil nº 06.2020.00000219-4

67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a falta de acessibilidade no imóvel utilizado pelo CAPS AFRODITE III.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 67ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DA FALTA DE ACESSIBILIDADE NO IMÓVEL UTILIZADO PELO "CAPS AFRODITE III" - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2024.00000990-4 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta" celebrado às fls. 446/452, está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000990-4 (fl. 467) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

### 4. Inquérito Civil nº 06.2020.00001030-6

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Célio Batista Martins Filho

Assunto: Apuração de ocorrência de dano ambiental em uma área de preservação permanente no Córrego Cumandaí, causado pelo rompimento de uma barragem na "Fazenda Santa Luzia".

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NAVIRAÍ/MS – APURAÇÃO DE OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL EM UMA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DO CÓRREGO CUMANDAÍ, CAUSADO PELO ROMPIMENTO DE UMA BARRAGEM NA “FAZENDA SANTA LUZIA” - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS - PRADA DEVIDAMENTE EXECUTADO - RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Com a notificação do investigado, houve a apresentação de matrícula do imóvel, recibo de inscrição no CAR, Projeto de Recuperação de Área Degradada e Alterada PRADA, o qual foi devidamente executado, demonstrando que a área foi recuperada. Cumpre ressaltar que a supressão vegetal se deu em decorrência do rompimento de uma barragem existente no local, ocorrendo o carregamento de sedimentos e, conseqüentemente, da vegetação da APP. Observa-se, assim, que com a execução do PRADA de fls. 152/162, a vegetação da área de preservação permanente foi recuperada, com o solo estando devidamente estabilizado.

Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**



**5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000148-8**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Otolomisto Justino de Carvalho.

Assunto: Apurar eventual crime ambiental consistente em supressão vegetal de origem nativa em Área de Preservação Permanente na "Fazenda Cachoeira", localizada em Camapuã/MS, de propriedade de Otolomisto Justino de Carvalho, conforme Ofício nº 084/2ºGPMA/2020.

**Advogado: Guilherme Tessaro da Silva – OAB/MS nº 23.870.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMAPUÃ - APURAÇÃO DE EVENTUAL CRIME AMBIENTAL CONSISTENTE EM SUPRESSÃO VEGETAL DE ORIGEM NATIVA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NA "FAZENDA CACHOEIRA", LOCALIZADA EM CAMAPUÃ/MS - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - CELEBRAÇÃO DE "ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL" - DANO AMBIENTAL DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 03 DO CSMP - ADOÇÃO DE MEDIDAS PELO ÓRGÃO AMBIENTAL E APURAÇÃO DOS FATOS NA SEARA CRIMINAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se do "Termo de Acordo de Não Persecução Penal", celebrado no Inquérito Policial n. 0000831-25.2020.8.12.0006 na data de 24 de julho de 2023, no qual se apuravam os mesmos fatos do presente procedimento, constantes dos itens 4.1 e 4.3 (fls. 126/129), que se estipulou a condição de apresentação de Carta Consulta ao órgão ambiental, visando à regularização do passivo ambiental, o que foi realizado (fl. 92), além de se atribuir valor indenizatório no importe de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). Verificou-se, outrossim, tratar-se de dano ambiental de menor potencial ofensivo (fls. 45/48 1,73 hectares), cuja reparação pode também ocorrer no juízo criminal ou no órgão administrativo competente, consoante dispõe o Enunciado n. 003/2013/CSMP. Por fim, o Presidente do feito frisou que: "quanto aos novos fatos apurados às fls. 100/114 pela Polícia Militar Ambiental verifica-se que foi arbitrada multa administrativa no importe de R\$ 18.510,00 (dezoito mil e quinhentos e dez reais), bem como a imposição de apresentação de PRADE, não havendo outras medidas a serem adotadas, por ora, neste órgão ministerial". Registre-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede que, com o eventual surgimento de fato novo, venha a ocorrer posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

**6. Inquérito Civil nº 06.2022.00000080-5**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Corumbá/MS.

Assunto: Apurar irregularidade na contratação e execução dos serviços no Processo Licitatório que ensejou a celebração do Contratos Administrativo nº 009/2016 (Pregão Presencial nº 073/2016-SEGESP, Processo nº 21.469/2016), decorrente do desmembramento do IC nº 06.2017.00002401-4.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CORUMBÁ/MS - APURAÇÃO DA REGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NO PROCESSO LICITATÓRIO QUE ENSEJOU A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 009/2016 (PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2016-SEGESP), DECORRENTE DO DESMEMBRAMENTO DO IC Nº 06.2017.00002401-4 - DILIGÊNCIAS PROMOVIDAS - IRREGULARIDADES NÃO IDENTIFICADAS - FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

HOMOLOGADA. Denota-se que o Contrato Administrativo nº 009/2016 possuía como objeto a contratação de empresa especializada de prestação de serviços de assessoria e consultoria, técnica e jurídica, nas áreas contábil, financeira, operacional, administrativa, legislativa, patrimonial e de recursos humanos, com a finalidade de orientar as tomadas de decisão e produção de projetos. Por conseguinte, adveio a licitação na modalidade "Pregão Público Presencial" nº 073/2016- SEGESP Processo nº 21.469/2016, o qual se transcorreu de forma regular, conforme se observou da documentação de fls. 1861/2134.

Ademais, verificou-se que a empresa "MJK Assessoria Contábil LTDA-EPP" prestava serviços ao Município de Corumbá, emitindo os Relatórios Mensais de Acompanhamento da Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial, além de prestar eventuais serviços de assessoramento, mediante provocação e necessidade da pasta. Outrossim, a fim de se prestarem maiores esclarecimentos, procedeu-se a oitiva do servidor que acompanhou a fiscalização da execução do contrato, Sr. Hunnt Carvalho de Assis, ocasião em que se constatou que os documentos acostados ao feito e o depoimento prestado, caminharam no mesmo sentido de se atestar a regularidade dos serviços executados pela empresa. Necessário



frisar que a confirmação de arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede o eventual prosseguimento das investigações em caso de superveniência de fato novo, que o justifique, conforme disposto no artigo 28 da Resolução 15/2007-PGJ. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

#### 7. Inquérito Civil nº 06.2022.00000722-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Tomás Junqueira de Camargo e outros

Assunto: Apurar a regularidade jurídico ambiental do imóvel denominado "Fazenda Rapadura Gleba A e B", CARMS n. 5578", conforme apontamentos existentes no Relatório de Vistoria Técnica n. 041/DAEX/CORTEC-MA/2021.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BANDEIRANTES/MS - APURAÇÃO DA REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DO IMÓVEL DENOMINADO "FAZENDA RAPADURA GLEBA A E B" - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2024.00000500-8 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta" celebrado às fls. 556/562, está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a

Promotoria de Justiça de origem informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000500-8 (fl.567) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

#### 8. Inquérito Civil nº 06.2022.00001126-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Roberto Yoneyama

Assunto: Apurar a irregularidade ambiental trazida pela PMA por meio do relatório de fiscalização ambiental n. 41/4/2022, ocorrido na "Fazenda Campina".

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BONITO/MS -APURAÇÃO DA IRREGULARIDADE AMBIENTAL TRAZIDA PELA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL POR MEIO DO RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL N. 41/4/2022, OCORRIDO NA "FAZENDA CAMPINA" - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2024.00001173-2 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta" celebrado às fls. 92/100, está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a

Promotoria de Justiça de origem informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2024.00001173-2 (fl. 91) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

#### 9. Inquérito Civil nº 06.2023.00000337-2

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Figueirão

Assunto: Acompanhar a viabilização de profissionais habilitados (psicólogo/assistente social), por parte do Município de



Figueirão, para retomada dos atendimentos do projeto social das famílias acolhedoras.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMAPUÃ/MS - ACOMPANHAMENTO A VIABILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS (PSICÓLOGO/ASSISTENTE SOCIAL), POR PARTE DO MUNICÍPIO DE FIGUEIRÃO, PARA RETOMADA DE PROJETO SOCIAL ÀS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS - DILIGÊNCIAS EMPREENDIDAS -IRREGULARIDADES SANADAS - SITUAÇÃO REGULARIZADA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que no curso do processo, o quadro fático inicialmente verificado foi alterado, tendo o Município de Figueirão/MS resolvido tal questão, sendo que o quadro de servidores do CRAS de Figueirão atualmente conta com Psicóloga e Assistente Social. Impende frisar que o Município de Figueirão informou que o quadro de servidores era composto por 3 (três) Psicólogos efetivos, distribuídos no CRAS, na Escola e na Secretária de Saúde, bem como contava com 2 (duas) Assistentes Sociais efetivas, uma na Secretária de Saúde e outra no órgão gestor da Secretaria de Assistência Social. Ademais, tem-se que em 24 de março de 2023, após a realização de processo seletivo para contratação temporária, foi realizado a convocação de mais uma Assistente Social para atender ao CRAS. Com isso, o presente Inquérito Civil alcançou o objetivo a que se destinava, pois foram adotadas as providências cabíveis, cessando as situações de irregularidade. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

#### 10. Inquérito Civil nº 06.2023.00000687-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a existência de danos ambientais em 4,7658 hectares incidentes sobre Área de Preservação Permanente, na "Fazenda Cascalho", em Cassilândia/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração 012534/2023 e Laudo de Constatação 016007/2023.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CASSILÂNDIA/MS - APURAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE DANOS AMBIENTAIS EM 4,7658 HECTARES INCIDENTES SOBRE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NA "FAZENDA CASCALHO", SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE - *BIS IN IDEM* (LITISPENDÊNCIA) -OBSERVÂNCIA AO ENUNCIADO Nº 18/CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando-se os autos, verifica-se que de fato as problemáticas relatadas no presente procedimento, são de igual forma enfrentadas em Inquérito Civil diverso (IC n. 06.2023.00001011-8), o que motivou a promoção de arquivamento deste. Assim sendo, resta configurado o bis in idem (litispendência) que fundamenta a promoção de arquivamento dos presentes autos, diante da identidade de objeto e partes. Sobre o tema, o Conselho Superior do Ministério Público editou o Enunciado nº 18. De acordo com a regra processual prevalecente, nos casos em que há duplicidade de procedimentos, o mais antigo deve permanecer em trâmite, enquanto o mais recente deve ser arquivado. No caso, o Inquérito Civil n. 06.2023.00001011-8 foi instaurado em 28 de agosto de 2023 e o Inquérito Civil nº 06.2023.00000687-0, foi instaurado em 06 de fevereiro de 2024. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

#### 11. Inquérito Civil nº 06.2019.00001195-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Juruena Energia S.A.

Assunto: Apurar possíveis impactos ambientais decorrentes da implementação da Pequena Central Hidrelétrica "PCH Figueirão de Juruena Energia S.A.", localizada no Rio Jauru nos municípios de Coxim, Figueirão e Alcinópolis, com vistas a eliminar/mitigar os eventuais riscos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE COXIM/MS - APURAÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS DECORRENTES DA IMPLEMENTAÇÃO DA "PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA PCH FIGUEIRÃO DE JURUENA ENERGIA S.A.", LOCALIZADA NO RIO JAURU NOS MUNICÍPIOS DE COXIM, FIGUEIRÃO E ALCINÓPOLIS, COM VISTAS A ELIMINAR/MITIGAR OS EVENTUAIS RISCOS - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – LICENÇA PRÉVIA INDEFERIDA PELO IMASUL - PROCESSO DE LICENCIAMENTO ARQUIVADO - PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Observa-se que o objeto do feito se esgotou, não havendo justa causa para o prosseguimento da investigação. Isso porque, conforme comprovado pelo IMASUL, foi proferida decisão definitiva indeferindo o



requerimento da LP da Pequena Central Hidrelétrica PCH, Fazenda Avelã, tendo o processo respectivo sido arquivado. Logo, demonstrado que a Licença Prévia para a instalação da PCH Figueirão foi indeferida, evidencia-se a perda do objeto do Feito. Necessário frisar que a confirmação de arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede o eventual prosseguimento das investigações na superveniência de fato novo, conforme disposto no artigo 28 da Resolução 15/2007-PGJ. Promoção de arquivamento - homologação.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

#### **2.2.4. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:**

##### **1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00006660-2 – SIGILOSO**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo não provimento do recurso interposto e pela homologação do arquivamento da presente Notícia de Fato, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

##### **2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001831-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anaurilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Manoel Marques

Assunto: Apurar o desmatamento de 11,51 hectares em área de Mata Atlântica, na Fazenda Guarujá, em Anaurilândia/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 94/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - AMBIENTAL - COMARCA DE ANAURILÂNDIA - APURAR O DESMATAMENTO DE 11,51 HECTARES EM ÁREA DE MATA ATLÂNTICA, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME PARECER NUGEO - PROGRAMA DNA AMBIENTAL - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA -

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.

Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Constatação de desmatamento em área de Mata Atlântica, sem autorização ambiental. Propriedade inscrita no CARMS. Apresentado Prada. Celebrado Termo de Ajustamento de Conduta com observância aos requisitos da resolução de regência. Compromisso de adotar medidas para recuperar a área degradada, assim como de indenizar os danos ambientais causados. Procedimento administrativo de caráter fiscalizatório instaurado. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

##### **3. Inquérito Civil nº 06.2020.00001262-6**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual omissão das Secretarias Municipais de Saúde de Miranda e de Bodoquena quanto ao controle de assiduidade dos profissionais da saúde, bem como a disponibilidade ao público da escala de plantonistas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE MIRANDA – APURAR EVENTUAL OMISSÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DE MIRANDA E DE BODOQUENA QUANTO AO CONTROLE DE ASSIDUIDADE DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE, BEM COMO A DISPONIBILIDADE AO PÚBLICO DA ESCALA DE PLANTONISTAS - ATUAÇÃO RESOLUTIVA -ACATAMENTO DE RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Registro de frequência manual. Ausência de fiscalização. Expedida recomendação ministerial para instalação de registro eletrônico de ponto com biometria e fixação de escala de plantão para fácil acesso ao público. Recomendação acatada. Comprovação pelo Município de Bodoquena e pelo Município de Miranda de que houve contratação de empresa especializada em implantar e operacionalizar o registro eletrônico de ponto. Ausência de fundamentos para continuidade das investigações. Arquivamento que não obsta posterior prosseguimento das investigações, caso se verifique a existência de fatos novos. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

##### **4. Inquérito Civil nº 06.2021.00001339-5**

3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia





Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Coleta de informações, subsídios e elementos de convicção com vistas à apuração de ilegalidades dos atos administrativos referentes ao Pregão Presencial 36/2019 e seus respectivos contratos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IMPROBIDADE - COMARCA DE SIDROLÂNDIA - COLETAR INFORMAÇÕES, SUBSÍDIOS E ELEMENTOS DE CONVICÇÃO COM VISTAS À APURAÇÃO DE ILEGALIDADES DOS ATOS ADMINISTRATIVOS REFERENTES AO PREGÃO PRESENCIAL 36/2019 E SEUS RESPECTIVOS CONTRATOS - IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer o objeto dos autos. Ausência de indícios de irregularidade no procedimento licitatório analisados. Arquivamento que não obsta o posterior prosseguimento das investigações caso se verifique a existência de fatos novos. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### 5. Inquérito Civil nº 06.2022.00000225-8

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia do desvio de recursos públicos por ocasião da execução do Termo de Fomento n. 01/2017, firmado pelo Município de Naviraí com o Clube Esportivo Naviraiense em 19/04/2017.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE NAVIRAÍ - APURAR A NOTÍCIA DO DESVIO DE RECURSOS PÚBLICOS POR OCASIÃO DA EXECUÇÃO DO TERMO DE FOMENTO N. 01/2017, FIRMADO PELO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ COM O CLUBE ESPORTIVO NAVIRAIENSE - IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer o objeto dos autos. Ausência de irregularidades na utilização dos valores. Repasse de quantia em ação trabalhista conforme determinação judicial. Indenização trabalhista que possui a mesma natureza jurídica das verbas que o Termo de Fomento autorizava a utilização. Ausência de indícios da prática de ato ímprobo. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### 6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001301-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade jurídico-ambiental dos ranchos localizados às margens do Rio Aporé.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - AMBIENTAL - COMARCA DE CASSILÂNDIA - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DOS RANCHOS LOCALIZADOS ÀS MARGENS DO RIO APORÉ - AUSÊNCIA DE PASSIVO AMBIENTAL – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer o objeto dos autos. Imóveis rurais inscritos no CAR/MS. Manifestação do IMASUL no sentido de que não há passivos ambientais, uma vez que as áreas de benfeitorias do imóvel nas quais estão inseridos os ranchos, já eram antropizadas anteriormente à 22 de julho de 2008. Órgão ambiental que indicou ausência de passivo ambiental nas propriedades investigadas. CARs aguardando análise do IMASUL. Arquivamento que não obsta posterior prosseguimento das investigações, caso se verifique a existência de fatos novos. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

#### 7. Inquérito Civil nº 06.2021.00000973-6

32ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande

Assunto: Apurar se foram sanadas, na Unidade de Saúde da Família “Dr. Jurandyr de Castro Coimbra” (USF Jardim Zé Pereira), as irregularidades apontadas no Relatório de Vistoria Técnica n. 44/2021, e ainda, se a unidade possui os equipamentos mínimos e quadro de profissionais exigidos pelas normativas que regem a Atenção Básica.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - SAÚDE - 32ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA SAÚDE DA COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR SE FORAM SANADAS, NA UNIDADE DE SAÚDE “DR. JURANDYR DE CASTRO COIMBRA” (USF JARDIM ZÉ PEREIRA), AS IRREGULARIDADES APONTADAS NO RELATÓRIO DE



VISTORIA TÉCNICA N. 44/2021, E AINDA, SE A UNIDADE POSSUI OS EQUIPAMENTOS MÍNIMOS E QUADRO DE PROFISSIONAIS EXIGIDOS PELAS NORMATIVAS QUE REGEM A ATENÇÃO BÁSICA - ATUAÇÃO RESOLUTIVA -

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Diligências suficientes para esclarecer e solucionar o objeto dos autos. Relatórios técnicos que apontaram irregularidades como necessidade de aquisição de equipamentos e falta de medicamentos. Aquisição de materiais e equipamentos. Laudo técnico que indicou que a equipe de atendimento conta com funcionários suficientes e equipamentos mínimos para os atendimentos. Regularização de estoque de medicamentos que está sendo investigada nos autos do IC 06.2022.00000910-7. Ausência de fundamentos para continuidade das investigações. Arquivamento que não obsta posterior prosseguimento das investigações caso se verifique a existência de fatos novos. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.**

## 2.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:

### 1. Inquérito Civil nº 06.2022.00000568-8

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Agropecuária Jacintho Ltda.

Assunto: Apurar o desmatamento de 0.69 hectares em área declarada como consolidada, a qual se encontrava em regeneração natural, na Fazenda Três Irmãos, localizada em Naviraí/MS sem autorização ambiental, conforme Laudo Técnico nº 108/22/NUGEO - Programa DNA Ambiental.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAL DESMATAMENTO DE 0.69 HECTARES EM ÁREA DECLARADA COMO CONSOLIDADA, A QUAL SE ENCONTRAVA EM REGENERAÇÃO NATURAL, INTEGRANTE DO BIOMA MATA ATLÂNTICA, NA FAZENDA TRÊS IRMÃOS LOCALIZADA EM NAVIRAÍ/MS, SEM AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, CONFORME LAUDO TÉCNICO Nº108/22/NUGEO, PROGRAMA DNA AMBIENTAL - PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Verificada a perda superveniente do objeto sob investigação, a eminente representante deste Parquet optou por promover o arquivamento do procedimento em análise, em razão da desnecessidade da continuação das investigações ou ainda da propositura qualquer medida judicial neste sentido. 2. Sem mais, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.**

### 2. Inquérito Civil nº 06.2023.00000842-3

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a regularidade documental, física e estrutura material do Centro de Referência de Assistência Social CRAS Profª Adevaír da Costa Lolli Guetti Aero Rancho, em Campo Grande/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A REGULARIDADE DOCUMENTAL, FÍSICA E ESTRUTURA MATERIAL DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CRAS PROFª ADEVAIR DA COSTA LOLLI GUETTI AERO RANCHO, EM CAMPO GRANDE/MS - AUSÊNCIA DE RISCO CONCRETO À SEGURANÇA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE UTILIZAM A UNIDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL INVESTIGADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que não foram constatados elementos concretos suficientes que justifiquem o prosseguimento das investigações. 2. Desse modo, o ilustre representante deste Parquet agiu com o costumeiro acerto ao promover o arquivamento do presente inquérito civil após esgotadas todas as possíveis diligências investigatórias, bem como em razão da não constatação de risco concreto à segurança das crianças e adolescentes que utilizam a unidade de Assistência Social investigada. 3. Assim, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.**

### 3. Inquérito Civil nº 06.2023.00000857-8

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul



Assunto: Apurar a regularidade documental, física e estrutura material do Centro de Referência de Assistência Social CRAS-São Conrado, em Campo Grande/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A REGULARIDADE DOCUMENTAL, FÍSICA E ESTRUTURA MATERIAL DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CRAS SÃO CONRADO, EM CAMPO GRANDE/MS - AUSÊNCIA DE RISCO CONCRETO À SEGURANÇA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE UTILIZAM A UNIDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL INVESTIGADA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que não foram constatados elementos concretos suficientes que justifiquem o prosseguimento das investigações ou ainda a propositura de medida judicial. 2. Desse modo, o ilustre representante deste Parquet agiu com o costumeiro acerto ao promover o arquivamento do presente inquérito civil após esgotadas todas as possíveis diligências investigatórias, bem como em razão da não constatação de risco concreto à segurança das crianças e adolescentes que utilizam a unidade de Assistência Social investigada. 3. Assim, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.**

#### 4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000645-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aparecida do Taboado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Espólio de Olinda Leandra de Jesus

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente da supressão de vegetação nativa sem autorização do órgão ambiental competente, na propriedade rural denominada Fazenda Barra Mansa, no município de Aparecida do Taboado/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL DECORRENTE DA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE, NA PROPRIEDADE RURAL DENOMINADA FAZENDA BARRA MANSA, NO MUNICÍPIO DE APARECIDA DO TABOADO/MS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - INSTAURAÇÃO DE

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP - ENUNCIADO Nº 9/CSMP E ARTS. 26, 38 E 39, DA RESOLUÇÃO Nº 15/2007-PGJ – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que fora firmado Termo de Ajustamento de Conduta com a requerida, em conformidade com as exigências da Resolução nº 015/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. 2. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo de nº 09.2023.00010436-8, para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, de acordo também, com a redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. 3. Assim, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.**

#### 5. Inquérito Civil de nº 06.2022.00000402-3

4ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da Comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Três Lagoas/MS

Assunto: Apurar eventual deficiência na prestação de serviços médicos de endoscopia digestiva no Município de Três Lagoas/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL DEFICIÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE ENDOSCOPIA DIGESTIVA NO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS/MS – PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO -CONSTATADA A EFICIÊNCIA NOS SERVIÇOS MÉDICOS PRESTADOS PELO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS/MS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Verificada a perda superveniente do objeto sob investigação, o eminente representante deste Parquet em primeiro grau optou por promover o arquivamento do procedimento em análise, em razão da desnecessidade de propositura de qualquer medida judicial neste sentido. 2. Ademais, verifica-se que inexistem razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. 3. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator**

**Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.****6. Inquérito Civil nº 06.2022.00000571-1**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Deodápolis

Requerido: Prefeitura Municipal de Deodápolis/MS

Assunto: Apurar eventual irregularidade quanto a ausência de prorrogação do processo seletivo nº 001/2021, de contratação de professores da rede municipal de ensino para o ano letivo de 2022, noticiada via representação encaminhada pelo Sindicato do Servidor Público Municipal de Deodápolis/MS SINDEMD.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE QUANTO A AUSÊNCIA DE PRORROGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2021, DE CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO LETIVO DE 2022, NOTICIADA VIA REPRESENTAÇÃO ENCAMINHADA PELO SINDICATO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS/MS - SINDEMD - INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que, no que se refere à ausência de prorrogação do processo seletivo nº 001/2021, a manutenção e prorrogação dos contratos

temporários, bem como a decisão de abertura de novo processo seletivo com critérios mais exigentes, ainda que na vigência de contratação anterior, engloba o âmbito do poder discricionário do Executivo Municipal respectivo, que detém a faculdade exercida de acordo com critérios de conveniência e oportunidade, os quais poderão passar pelo exame do Poder Judiciário quando da constatação de irregularidades, o que não se constata do caso presente. 2. Destaca-se assim, a inexistência de fundamentos aptos a viabilizar eventual propositura de ação civil pública ou ainda a continuação das apurações. 3. Assim, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.**

**7. Inquérito Civil nº 06.2023.00000149-6**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Antonio Francelli e Pascoalina Jacomel Francelli

Assunto: Apurar a supressão de 2,25 hectares em área de Reserva Legal e de Uso Restrito, na fazenda Brasilândia, em Sonora/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico nº 5/23/NUGEO.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A SUPRESSÃO DE 2,25 HECTARES EM ÁREA DE RESERVA LEGAL E DE USO RESTRITO, NA FAZENDA BRASILÂNDIA, EM SONORA/MS, SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE, CONFORME LAUDO TÉCNICO Nº 5/23/NUGEO - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP - ENUNCIADO Nº 9/CSMP E ARTS. 26, 38 E 39, DA RESOLUÇÃO Nº 15/2007-PGJ – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que foram firmados Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, em conformidade com as exigências da Resolução nº 015/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. 2. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo de nº 09.2023.00011858-4, para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, de acordo também, com a redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. 3. Assim, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.**

**2.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:****1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00007193-8**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Recorrente: Glazielle Jardim Bezerra

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Averiguar supostas irregularidades no funcionamento da Gerência de Orçamento e Contabilidade do Município de Naviraí.

EMENTA: RECURSO EM NOTÍCIA DE FATO - COMARCA DE NAVIRAÍ - APURAR SUPOSTAS





IRREGULARIDADES NO FUNCIONAMENTO DA GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ – NÃO COMPROVAÇÃO DOS FATOS NOTICIADOS - EQUIPE COMPOSTA POR PROFISSIONAIS QUALIFICADOS E COORDENADA POR SERVIDOR EFETIVO NOMEADO PARA A FUNÇÃO - ATRIBUIÇÕES E REALOCAÇÕES REALIZADAS CONFORME INTERESSE PÚBLICO - RECURSO NÃO PROVIDO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que a realocação da servidora denunciante se deu em razão de decisão judicial determinando a diminuição de sua carga horária para 20 horas semanais. Ademais, houve a nomeação de servidor efetivo para coordenar a equipe de contabilidade, a qual é composta por 4 (quatro) profissionais de nível superior em Ciências Contábeis, não havendo prejuízos com a alteração de setor da recorrente. Por fim, eventuais alterações em atribuições de cargos e concessões de acessos ao sistema orçamentário-contábil, são matérias relacionadas a gestão de estrutura organizacional de competência do Poder Executivo. Assim, vota-se pelo não provimento do recurso interposto e pela manutenção do arquivamento da Notícia de Fato.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo não provimento do recurso interposto pela requerente, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

## 2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001546-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Lineu Gracia, Eduardo Pretto Freitas e Liemi Consultoria Ltda.

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental de desmatamento de 14,66 hectares de vegetação nativa, em área de Vegetação Ciliar Aluvial, denominada ID 618 no arquivo digital, na propriedade rural Fazenda Pioneira, inscrita sob CARMS nº 0025179, no Município de Chapadão do Sul/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 423/19/NUGEO Programa DNA Ambiental 2016-2017.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL COMARCA DE CHAPADÃO DO SUL – DANO AMBIENTAL EM ÁREA REMANESCENTE DE VEGETAÇÃO NATIVA - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007. Ademais, verifica-se que foi instaurado Procedimento Administrativo, com o fim de acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

## 3. Inquérito Civil nº 06.2019.00001575-6

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos(as): Marcelo Leite de Moraes e Paulo Cesar Lima Silveira

Assunto: Apurar eventual ocorrência de atos de improbidade administrativa decorrentes da contratação da empresa M L de MORAES pelo Município de Ribas do Rio Pardo.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE RIBAS DO RIO PARDO - APURAR EVENTUAIS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DECORRENTES DA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ML DE MORAES - NÃO COMPROVAÇÃO DOS FATOS NOTICIADOS – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA - AUSÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO, DOLO OU MÁ-FÉ -EFETIVA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades noticiadas não foram comprovadas, uma vez que inexistem indícios que pudessem apontar possível direcionamento, favorecimento ou sobrepreço na contratação. De igual modo, houve a efetiva prestação de serviços e procedimento licitatório regular. Ademais, ausente o ato ilegal, a análise da conveniência e oportunidade em contratar empresa para realização de eventos é ato discricionário do gestor público. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

**4. Inquérito Civil nº 06.2022.00001232-3**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Domingos Gonçalves Gomes, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – APURAR IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA DE ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - PERDA DO OBJETO - INFORMAÇÕES QUE JÁ ESTÃO**

**PRESENTES EM PROCESSO JUDICIALIZADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.** Compulsando os autos, verifica-se que houve a perda superveniente do objeto da presente investigação, visto que, as informações colhidas no decorrer do Inquérito Civil já estão presentes na Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001, não havendo fatos novos a se acrescentar. Ademais, em consulta ao processo no sistema E-saj/MS, constata-se que o Município de Campo Grande já apresentou cronograma para a reforma das unidades de ensino visando a adequação de sua estrutura predial para a expedição de alvará de funcionamento. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

**5. Inquérito Civil nº 06.2022.00001265-6**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Frederico Soares, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – APURAR IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA DE ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - PERDA DO OBJETO - INFORMAÇÕES QUE JÁ ESTÃO**

**PRESENTES EM PROCESSO JUDICIALIZADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.** Compulsando os autos, verifica-se que houve a perda superveniente do objeto da presente investigação, visto que, as informações colhidas no decorrer do Inquérito Civil já estão presentes na Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001, não havendo fatos novos a se acrescentar. Ademais, em consulta ao processo no sistema E-saj/MS, constata-se que o Município de Campo Grande já apresentou cronograma para a reforma das unidades de ensino visando a adequação de sua estrutura predial para a expedição de alvará de funcionamento. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

**6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001268-9**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Prof.º Aldo Queiroz, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – APURAR IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA DE ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - PERDA DO OBJETO - INFORMAÇÕES QUE JÁ ESTÃO**

**PRESENTES EM PROCESSO JUDICIALIZADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.** Compulsando os autos, verifica-se que houve a perda superveniente do objeto da presente investigação, visto que, as informações colhidas no decorrer do Inquérito Civil já estão presentes na Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001, não havendo fatos novos a se acrescentar. Ademais, em consulta ao processo no sistema E-saj/MS, constata-se que o Município de Campo Grande já apresentou cronograma para a reforma das unidades de ensino visando a adequação de sua estrutura predial para a expedição de alvará de funcionamento. Assim, vota-se pela homologação da



promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

#### **7. Inquérito Civil nº 06.2022.00001274-5**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e precariedades nas instalações da Escola Municipal Governador Harry Amorim Costa, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – APURAR IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA DE ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - PERDA DO OBJETO - INFORMAÇÕES QUE JÁ ESTÃO

PRESENTES EM PROCESSO JUDICIALIZADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.

Compulsando os autos, verifica-se que houve a perda superveniente do objeto da presente investigação, visto que, as informações colhidas no decorrer do Inquérito Civil já estão presentes na Ação Civil Pública nº 0902407-09.2021.8.12.0001, não havendo fatos novos a se acrescentar. Ademais, em consulta ao processo no sistema E-saj/MS, constata-se que o Município de Campo Grande já apresentou cronograma para a reforma das unidades de ensino visando a adequação de sua estrutura predial para a expedição de alvará de funcionamento. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

#### **8. Inquérito Civil nº 06.2023.00000432-7**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Sidney Aparecido Bomba

Assunto: Apurar eventual exploração de vegetação nativa, sem a autorização ambiental, fato ocorrido na Fazenda Nossa Senhora Aparecida, localizada neste Município.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PORTO MURTINHO - APURAR POSSÍVEL OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL NA PROPRIEDADE DENOMINADA FAZENDA NOSSA SENHORA APARECIDA - LITISPENDÊNCIA - OBSERVÂNCIA AO ENUNCIADO Nº 18 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que os fatos

apurados no presente procedimento estão abrangidos pelo objeto do Inquérito Civil nº 06.2022.00001004-7, o qual foi instaurado para “apurar o desmatamento de 40,12 hectares em área Remanescente de Vegetação Nativa e em Reserva Legal, na Fazenda Nossa Senhora Aparecida, em Porto Murtinho/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico nº 300/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental)”, em data anterior a deste Inquérito Civil. Sobre o tema, este Colendo Conselho Superior do Ministério Público editou o Enunciado nº 18, o qual, estabelece que havendo a duplicidade de procedimentos, deverá ser arquivado o procedimento mais recente, trasladando-se os seus elementos probatórios para o mais antigo. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

#### **9. Inquérito Civil nº 06.2023.00000486-0**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: César Rodrigues dos Santos Varanis

Assunto: Apurar irregularidade na nomeação de César Rodrigues dos Santos Varanis para cargo de provimento em comissão na Câmara Municipal de Corumbá.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CORUMBÁ – APURAR IRREGULARIDADE NA NOMEAÇÃO DE SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO – RECOMENDAÇÃO ACATADA - EXONERAÇÃO REALIZADA - IRREGULARIDADES SANADAS - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades anteriormente constatadas foram sanadas, visto que a Câmara Municipal de Corumbá acatou a Recomendação expedida e procedeu a exoneração do servidor público que não preencheu os requisitos legais para a



investidura ao cargo. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

#### 10. Inquérito Civil nº 06.2018.00002622-7

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Câmara Municipal de Vereadores de Antônio João/MS

Assunto: Apurar eventual ilegalidade no pagamento de diárias de membros da Câmara Municipal de Antônio João/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE PONTA PORÃ - MUNICÍPIO DE

ANTÔNIO JOÃO - APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA RELACIONADO AO PAGAMENTO IRREGULAR DE DIÁRIAS NA CÂMARA MUNICIPAL - PAGAMENTOS ANTERIORES REALIZADOS COM BASE NA RESOLUÇÃO VIGENTE - AUSÊNCIA DE DOLO OU MÁ-FÉ – RECOMENDAÇÃO REALIZADA - ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DE LEI QUE REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS MEDIANTE COMPROVAÇÃO EFETIVA DE COMPARECIMENTO EM REUNIÕES E EVENTOS - IRREGULARIDADES SANADAS - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades anteriormente constatadas foram sanadas, mediante a realização de Recomendação solicitando a elaboração e aprovação de lei para a correta regulamentação de concessão de diárias. Ademais, os pagamentos anteriores foram realizados com base em resolução anterior, não havendo a comprovação de dolo ou má-fé. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

#### 11. Inquérito Civil nº 06.2021.00000161-1

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Secretário Municipal de Obras de Cassilândia-MS e Dovanilio Ferreira Eireli

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa, conforme elementos de informação do processo administrativo nº 126/2020 em relação à contratação de Dovanilio Ferreira Eireli.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CASSILÂNDIA - APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE LOCAÇÃO DE PRANCHAS PARA TRANSPORTE DE MAQUINÁRIO – SUPOSTO FRACIONAMENTO IRREGULAR DE LICITAÇÃO E DIRECIONAMENTO - NÃO COMPROVAÇÃO DOS FATOS NOTICIADOS -CONTRATAÇÃO MEDIANTE PRÉVIA COTAÇÃO DE PREÇOS - SERVIÇOS DEVIDAMENTE PRESTADOS - MEROS ERROS ADMINISTRATIVOS SEM A INDICAÇÃO DE DOLO, MÁ-FÉ OU DANO AO ERÁRIO - RECOMENDAÇÃO REALIZADA PARA ADEQUAÇÃO DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS -PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que o procedimento administrativo para a contratação direta da empresa investigada observou os requisitos para o seu trâmite, havendo prévia cotação de preços com empresas distintas. Ademais, não restou evidenciado dano ao erário ou a presença de má-fé na dispensa de licitação, sendo os serviços devidamente prestados. Por fim, visando adequar os procedimentos realizados pelo ente municipal, houve Recomendação solicitando o estrito cumprimento dos ditames estabelecidos na Lei nº 14-133/2021, a qual foi devidamente acatada. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

#### 12. Inquérito Civil nº 06.2021.00000591-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Ponta Porã/MS

Assunto: Apurar a instituição de Plano de Asfaltamento Comunitário no município de Ponta Porã por meio das Leis Municipais nº 4.330/2018 e nº 4.338/2018 em descumprimento ao regramento legal de custeio de obra pública.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE PONTA PORÃ - APURAR A INSTITUIÇÃO DE PLANO DE ASFALTAMENTO COMUNITÁRIO PARA O CUSTEIO DE OBRA PÚBLICA - LEGISLAÇÃO QUE NÃO ATENDE OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS - RECOMENDAÇÃO ACATADA - REVOGAÇÃO DAS LEIS MUNICIPAIS E CRIAÇÃO DO TRIBUTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - IRREGULARIDADES



SANADAS - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades anteriormente constatadas foram sanadas, mediante a elaboração de Recomendação solicitando a revogação das Leis Municipais que estabeleceram o Plano de Asfaltamento Comunitário. Ademais, houve a instituição do tributo de Contribuição de Melhoria, nos moldes da Constituição Federal e Código Tributário Nacional, para o custeio de obras que acarretem valorização imobiliária. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

### 13. Inquérito Civil nº 06.2021.00000874-8

67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a falta de acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida na USF Vila Cox.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR A FALTA DE ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA NA UBSF VILA COX - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE

AJUSTAMENTO DE CONDUTA ABRANGENDO TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE QUE POSSUEM IRREGULARIDADES -TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 09 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007. Ademais, verifica-se que foi instaurado Procedimento Administrativo, com o fim de acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

### 2.2.7. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

#### 1. Inquérito Civil nº 06.2021.00001500-5

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ivan Magno Rocha e Silva

Objeto: apurar possível prática de ato de improbidade administrativa e do delito de peculato por parte do servidor público municipal Ivan Magno Rocha e Silva, consistente na apropriação para si de fios elétricos de propriedade do município de Nova Andradina que estavam na sua posse em razão do cargo que desempenha

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE NOVA ANDRADINA – PATRIMÔNIO PÚBLICO – APURAR POSSÍVEL PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E DO DELITO DE PECULATO POR PARTE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL IVAN MAGNO ROCHA E SILVA – APROPRIAÇÃO PARA SI DE FIOS ELÉTRICOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA QUE ESTAVAM NA SUA POSSE EM RAZÃO DO CARGO QUE DESEMPENHA – ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL CELEBRADO E HOMOLOGADO – ERÁRIO RESTITUÍDO – DEMISSÃO

EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – SANÇÕES CABÍVEIS APLICADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito civil se justifica, porquanto foram aplicadas as sanções cabíveis para repressão da conduta ilícita executada pelo investigado. Identificou-se que os fatos narrados na portaria de instauração foram efetivamente praticados pelo servidor municipal Ivan Magno Rocha e Silva, tendo confessado a ação e celebrado termo de acordo de não persecução penal nos autos n. 0003705-13.2021.8.12.0017. Outrossim, o Processo Administrativo Disciplinar (PAD) instaurado resultou em sua demissão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Nova Andradina. Sendo assim, infere-se que as sanções cabíveis foram devidamente aplicadas e o erário restituído, razão pela qual a

promoção de arquivamento merece ser homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**



**2. Inquérito Civil nº 06.2022.00000667-6**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Ponta Porã/MS

Assunto: Apurar eventual irregularidade envolvendo a contratação da empresa Schettini Engenharia Ltda. pelo Município de Ponta Porã por meio do Pregão Presencial nº 079/2014 (Processo nº 16.625/2014; Ata de Registro de Preço nº 059/2014).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE PONTA PORÃ – PATRIMÔNIO PÚBLICO – APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE ENVOLVENDO A CONTRATAÇÃO DA EMPRESA SCHETTINI ENGENHARIA LTDA PELO MUNICÍPIO – NOTA FISCAL N. 1016 EMITIDA – VALOR NÃO PAGO PELO MUNICÍPIO EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS – CONTRATO RESCINDIDO – AUSÊNCIA DE INDÍCIOS MÍNIMOS DE ILEGALIDADE – ATO ILÍCITO AUSENTE – DANO AO ERÁRIO NÃO VERIFICADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do inquérito se justifica, porquanto não houve comprovação de indícios mínimos de irregularidade que justifiquem o ajuizamento de ação civil pública ou a manutenção das investigações. Em síntese, identificou-se que, embora a nota fiscal no valor de R\$ 25.000,00 tenha sido emitida, a referida nota não foi paga pelo Município de Ponta Porã, ante a ausência de demonstração da execução dos serviços pela empresa contratada. Portanto, diante da rescisão do contrato com a empresa Schettini Engenharia

Ltda., não restou verificado ato ilícito causador de efetivo dano ao erário, de modo que a promoção de arquivamento merece ser homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

**3. Inquérito Civil nº 06.2022.00001018-0**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Iguatemi/MS

Assunto: Apurar a regularidade no pagamento de diárias a Cleonice Martins Batista, Giovana Buffon Arce e Lídio Ledesma, pessoas indicadas em manifestação anônima apresentada perante a Ouvidoria do Ministério Público, sobretudo diante da não apresentação de documentos que comprovem a participação nos respectivos eventos indicados como objetivos/finalidade das viagens realizadas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE IGUATEMI – PATRIMÔNIO PÚBLICO – APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NO PAGAMENTO DE DIÁRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS – DIÁRIAS JUSTIFICADAS – RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL EXPEDIDA E ATENDIDA – ALTERAÇÃO NO DECRETO QUE REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do procedimento se justifica, porquanto as diárias foram devidamente justificadas no curso da instrução e a Recomendação Ministerial foi atendida e cumprida pela autoridade municipal, mediante a publicação de decreto alterando a regulamentação para concessão de diárias aos servidores municipais. Objeto esgotado. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

**4. Inquérito Civil nº 06.2023.00001280-5**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ivinhema/MS

Assunto: Apurar a ilegalidade no pagamento de abono pecuniário pelo Município de Ivinhema/MS aos seus servidores, em valor acima do percentual permitido pela legislação vigente.

**Procurador do Município: Fernando Pereira – OAB/MS nº 21.374.**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE IVINHEMA – PATRIMÔNIO PÚBLICO – APURAR A ILEGALIDADE NO PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO PELO MUNICÍPIO AOS SEUS SERVIDORES – VALOR ACIMA DO PERCENTUAL PERMITIDO EM LEI – RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL EXPEDIDA E ATENDIDA – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do procedimento se justifica, porquanto a Recomendação Ministerial foi atendida e cumprida pela autoridade municipal. Após a constatação da irregularidade, mediante atuação resolutiva do órgão de execução, houve a perda do objeto da investigação. Promoção de arquivamento homologada.



**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

#### **5. Inquérito Civil nº 06.2018.00001961-5**

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande/MS

Assunto: Apurar irregularidade constatada pelo Conselho Municipal de Saúde que indica possível violação do direito/garantia da pessoa com deficiência à acessibilidade da Unidade Básica de Saúde da Família/UBSF Três Barras.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE – DIREITOS HUMANOS – APURAR IRREGULARIDADE CONSTATADA PELO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE REFERENTE À FALTA DE ACESSIBILIDADE NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (UBSF) TRÊS BARRAS – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – COMPROMISSO DE REALIZAR OBRAS E ADEQUAÇÕES – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A homologação da promoção de arquivamento se justifica tendo em vista a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta com o Município de Campo Grande/MS, firmando-se o compromisso de promover as obras e adequações necessárias à efetiva acessibilidade nas unidades básicas de saúde da família (UBSF), em especial a UBSF Três Barras, tornando-as conforme à legislação de regência. O Procedimento Administrativo para acompanhamento do cumprimento das cláusulas do compromisso foi devidamente instaurado, conforme prevê o artigo 38 da Resolução nº 15/2007-PGJ e o Enunciado 09 do CSMP. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

#### **2.2.8. RELATORA-CONSELHEIRA FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN:**

##### **1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000930-0**

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - Imasul

Assunto: Apurar a regularidade do desmatamento de 3,31 hectares de cerrado, no Parque dos Poderes, autorizado por meio do processo administrativo nº 71/404978/2018 - IMASUL, para a construção de um estacionamento de carros, pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A REGULARIDADE DO DESMATAMENTO DE 3,31 HECTARES DE CERRADO, NO PARQUE DOS PODERES, AUTORIZADO POR MEIO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 71/404978/2018 - IMASUL, PARA A CONSTRUÇÃO DE UM ESTACIONAMENTO DE CARROS, PELO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – OBJETO AMPLIADO PARA APURAR REGULARIDADE NA POSSIBILIDADE DE DESMATAMENTO DENTRO DO COMPLEXO DOS PODERES. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – EXISTÊNCIA DE AÇÃO JUDICIAL QUE ABARCA O OBJETO DOS AUTOS – REALIZAÇÃO DE AVENÇA JUDICIAL – ESGOTAMENTO DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após detida análise, verifica-se que o objeto do Feito esgotou-se, não havendo justa causa para o prosseguimento da investigação; 2. A despeito das inúmeras diligências efetivadas no âmbito do presente apuratório extrajudicial, verifica-se estar em curso a ação n. 0914940-68.2019.8.12.0001 (Tutela Cautelar Antecedente), que esgota o objeto deste procedimento e na qual foi firmado acordo devidamente homologado pelo juízo competente, conforme demonstrado às fls. 1345/1366; 3. Enfim, acresça-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

##### **2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000011-2**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Glória de Dourados

Requerente: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual improbidade administrativa praticada em face do Município de Glória de Dourados, em razão do contrato administrativo 085/2017 envolvendo a empresa Laboratório de Análises Clínicas Medeiros Ltda.

**Advogado: Wander Medeiros A. da Costa – OAB/MS nº 8.446.**



EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADA EM FACE DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA DE DOURADOS, EM RAZÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 085/2017 ENVOLVENDO A EMPRESA LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MEDEIROS LTDA – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – PROVAS INSUFICIENTES À COMPROVAÇÃO DE CONDUTA DOLOSA, CARACTERIZADORA DE ATO ÍMPROBO – ELEMENTO VOLITIVO NÃO IDENTIFICADO, INDISPENSÁVEL PARA IMPUTAÇÃO DOS ILÍCITOS PREVISTOS NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as diligências empreendidas não comprovaram irregularidades passíveis de ajuizamento de ação civil pública ou prosseguimento do Feito; 2. De acordo com os documentos acostados nos autos, não restou evidenciada conduta típica dolosa configuradora de ato ímprobo, tampouco a configuração de quaisquer das figuras violadoras dos princípios administrativos, previstas na Lei de Improbidade Administrativa; 3. Não se verificou hipótese de fraude no processo licitatório e, a despeito da constatação de irregularidades formais na execução do contrato, não se comprovou a presença do elemento volitivo, consistente na vontade livre e consciente de lesar o erário ou promover indevido enriquecimento de terceiro; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

### 3. Inquérito Civil nº 06.2021.00001298-5

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Carlos Eduardo Arantes

Assunto: Apurar desmatamento em área de Mata Atlântica, na "Fazenda Paraíso", município de Selvíria/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR DESMATAMENTO EM ÁREA DE MATA ATLÂNTICA, NA "FAZENDA PARAÍSO", MUNICÍPIO DE SELVÍRIA/MS – ÁREA DO DANO CORRESPONDE A 0,10% DA ÁREA TOTAL DO IMÓVEL – IMPOSIÇÃO DE MULTA NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO, PELO ÓRGÃO AMBIENTAL – APRESENTAÇÃO DE PRADA E CAR DA PROPRIEDADE – ÁREA DE MATA ATLÂNTICA ACRESCIDA À RESERVA LEGAL, TRÊS VEZES MAIOR DO QUE A ÁREA SUPRIMIDA – CONSTATAÇÃO DE DANO AMBIENTAL DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO – ENUNCIADO N. 3/2013 DO CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Da análise dos autos, constata-se que a supressão vegetal atingiu 1,2 hectares na "Fazenda Paraíso", razão pela qual foi imposta multa administrativa, referente ao auto de infração nº 4433 (fl. 287); 2. Ademais, denota-se que a propriedade está regularmente inscrita no Cadastro Ambiental Rural (fl. 241) e foi devidamente apresentado o PRAD (fls. 257/285). Somado a isso, o desmatamento ilegal atingiu cerca de 0,10% da área total do imóvel, configurando infração ambiental de menor potencial ofensivo, passível de multa já devidamente aplicada pelo órgão ambiental, no valor de R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais);

3. Assim, não há justificativa para que o Inquérito Civil ora em discussão permaneça em andamento, visto que a propriedade encontra-se regular, foram adotadas medidas mitigadoras pelo requerido e executaram-se as sanções cabíveis no âmbito administrativo pelo Imasul; 4. Outrossim, a homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

### 4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000707-5

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Thelma Elizabete Martins e Jair Bresolin

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na Fazenda Água Santa, em Nova Andradina, em decorrência da exploração vegetal por meio do uso do fogo (queimada) sem autorização legal.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL NA FAZENDA ÁGUA SANTA, EM NOVA ANDRADINA, EM DECORRÊNCIA DA EXPLORAÇÃO VEGETAL POR MEIO DO USO DO FOGO (QUEIMADA) SEM AUTORIZAÇÃO LEGAL – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO N. 15/2007 – INSTAURADO O DEVIDO





PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, PARA FISCALIZAÇÃO DAS CLÁUSULAS PACTUADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC, nos termos dos artigos 33 a 43 da Res. 0015/2007-PGJ, por meio do qual os beneficiários se comprometeram a realizar as obrigações estabelecidas às fls. 159/167; 2. Consigne-se que foi instaurado o PA nº 09.2023.00013008-8 (fls. 185/186) para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2019 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as irregularidades inicialmente noticiadas foram objeto de TAC; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

#### 5. Inquérito Civil nº 06.2022.00000763-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Gustavo de Oliveira Rocha e Luciene Dias Brandão

Assunto: Apurar a regularidade da supressão de 3,20 hectares em área remanescente de vegetação nativa em área não declarada, no interior do imóvel rural "Fazenda São Francisco", em Ribas do Rio Pardo/MS, sem autorização do órgão competente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A REGULARIDADE DA SUPRESSÃO DE 3,20 HECTARES EM ÁREA REMANESCENTE DE VEGETAÇÃO NATIVA EM

ÁREA NÃO DECLARADA, NO INTERIOR DO IMÓVEL RURAL "FAZENDA SÃO FRANCISCO", EM RIBAS DO RIO PARDO/MS, SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO

COMPETENTE – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO N. 15/2007-PGJ – INSTAURADO O DEVIDO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, PARA FISCALIZAÇÃO DAS CLÁUSULAS PACTUADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1.

Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC, nos termos dos artigos 33 a 43 da Res. 0015/2007-PGJ, por meio do qual os beneficiários se comprometeram a realizar as obrigações estabelecidas às fls. 111/117; 2. Consigne-se que foi instaurado o PA nº 09.2024.00000768-3 (fls. 135/139) para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2019 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as irregularidades inicialmente noticiadas foram objeto de TAC; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

#### 6. Inquérito Civil nº 06.2022.00001087-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Nioaque

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na execução de contrato com a empresa F.S.UHDE EIRELLI – ME, contratada para prestação de serviços relativos ao fornecimento de estrutura/equipamentos para eventos, em Nioaque/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA EXECUÇÃO DE CONTRATO COM A EMPRESA F.S.UHDE EIRELLI – ME, CONTRATADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS AO FORNECIMENTO DE ESTRUTURA/EQUIPAMENTOS PARA EVENTOS, EM NIOAQUE/MS – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – PROVAS INSUFICIENTES À CONFIGURAÇÃO DE CONDUTA DOLOSA, CARACTERIZADORA DE ATO ÍMPROBO – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE EFETIVO DANO AOS COFRES

PÚBLICOS – NÃO ADEQUAÇÃO ÀS FIGURAS DESCRITAS NO ROL TAXATIVO DO ART. 11 DA LIA, VIOLADORAS DOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as diligências empreendidas não comprovaram irregularidades passíveis de ajuizamento de ação civil pública ou prosseguimento do Feito; 2. De acordo com os documentos acostados nos autos, não restou evidenciada conduta típica – dolosa – configuradora de ato ímprobo, ante a não comprovação de



fraude na execução de contrato com a empresa requerida que gerasse dano ao erário ou enriquecimento ilícito, tampouco a configuração de quaisquer das figuras violadoras dos princípios administrativos, previstas na Lei de Improbidade Administrativa; 3. Nessa senda, não sendo configurado ato efetivamente danoso, tampouco conduta dolosa que se enquadre nos incisos do art. 11 da Lei de Improbidade Administrativa, não há justa causa para continuidade do Feito; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

#### 7. Inquérito Civil nº 06.2022.00001256-7

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar eventuais irregularidades na estrutura física e manutenção da Escola Municipal Professora Iracema de Souza Mendonça, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AVERIGUAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E MANUTENÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA IRACEMA DE SOUZA MENDONÇA, VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO – EXISTÊNCIA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM CURSO QUE ABRANGE O OBJETO DA PRESENTE INVESTIGAÇÃO – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, observa-se que a presente investigação decorre de atuação de ofício do Ministério Público Estadual, visando a verificação de denúncias de irregularidades na estrutura de instituições da rede pública municipal de ensino, como a Escola Municipal Professora Iracema de Souza Mendonça, objeto do presente Inquérito Civil; 2. Ocorre que, conforme informação constante nestes próprios autos e devidamente confirmada após consulta ao sítio eletrônico do TJMS, está em curso a Ação Civil Pública 0902407-09.2021.8.12.0001 perante o juízo da Vara da Infância, Adolescência e do Idoso da Comarca de Campo Grande, e que abarca o objeto do presente Feito; 3. Logo, tratando-se de matéria que já encontra-se devidamente judicializada e, cujas diligências e medidas cabíveis serão efetivadas no âmbito do Poder Judiciário, de rigor o arquivamento dos autos; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

#### 8. Inquérito Civil nº 06.2022.00001283-4

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar eventuais irregularidades na estrutura física e manutenção da instituição Escola Municipal Professor Luiz Cavallon, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AVERIGUAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E MANUTENÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR LUIZ CAVALLON, VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO – EXISTÊNCIA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM CURSO QUE ABRANGE O OBJETO DA PRESENTE INVESTIGAÇÃO – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, observa-se que a presente investigação decorre de atuação de ofício do Ministério Público Estadual, visando a verificação de denúncias de irregularidades na estrutura de instituições da rede pública municipal de ensino, como a Escola Municipal Professor Luiz Cavallon, objeto do presente Inquérito Civil; 2. Ocorre que, conforme informação constante nestes próprios autos e devidamente confirmada após consulta ao sítio eletrônico do TJMS, está em curso a Ação Civil Pública 0902407-09.2021.8.12.0001

perante o juízo da Vara da Infância, Adolescência e do Idoso da Comarca de Campo Grande, e que abarca o objeto do presente Feito; 3. Logo, tratando-se de matéria que já encontra-se devidamente judicializada e, cujas diligências e medidas cabíveis serão efetivadas no âmbito do Poder Judiciário, de rigor o arquivamento dos autos; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo,



posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

#### **9. Inquérito Civil nº 06.2022.00001338-8**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar eventuais irregularidades na estrutura física e manutenção da instituição EMEI Alba Lúcia Spengler dos Santos Pereira, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AVERIGUAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E MANUTENÇÃO DA INSTITUIÇÃO EMEI ALBA LÚCIA SPENGLER DOS SANTOS PEREIRA, VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO – EXISTÊNCIA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM CURSO QUE ABRANGE O OBJETO DA PRESENTE INVESTIGAÇÃO – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, observa-se que a presente investigação decorre de atuação de ofício do Ministério Público Estadual, visando a verificação de denúncias de irregularidades na estrutura de instituições da rede pública municipal de ensino, como a EMEI Alba Lúcia Spengler dos Santos Pereira, objeto do presente Inquérito Civil; 2. Ocorre que, conforme informação constante nestes próprios autos e devidamente confirmada após consulta ao sítio eletrônico do TJMS, está em curso a Ação Civil Pública 0902407-09.2021.8.12.0001 perante o juízo da Vara da Infância, Adolescência e do Idoso da Comarca de Campo Grande, e que abarca o objeto do presente Feito; 3. Logo, tratando-se de matéria que já encontra-se devidamente judicializada e, cujas diligências e medidas cabíveis serão efetivadas no âmbito do Poder Judiciário, de rigor o arquivamento dos autos; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

#### **10. Inquérito Civil nº 06.2022.00001346-6**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar eventuais irregularidades na estrutura física e manutenção da instituição EMEI Cláudio Marcos Mancini, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AVERIGUAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E MANUTENÇÃO DA INSTITUIÇÃO EMEI CLÁUDIO MARCOS MANCINI, VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO – EXISTÊNCIA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM CURSO QUE ABRANGE O OBJETO DA PRESENTE INVESTIGAÇÃO – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, observa-se que a presente investigação decorre de atuação de ofício do Ministério Público Estadual, visando a verificação de denúncias de irregularidades na estrutura de instituições da rede pública municipal de ensino, como a EMEI Cláudio Marcos Mancini, objeto do presente Inquérito Civil; 2. Ocorre que, conforme informação constante nestes próprios autos e devidamente confirmada após consulta ao sítio eletrônico do TJMS, está em curso a Ação Civil Pública 0902407-09.2021.8.12.0001 perante o juízo da Vara da Infância, Adolescência e do Idoso da Comarca de Campo Grande, e que abarca o objeto do presente Feito; 3. Logo, tratando-se de matéria que já encontra-se devidamente judicializada e, cujas diligências e medidas cabíveis serão efetivadas no âmbito do Poder Judiciário, de rigor o arquivamento dos autos; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

**11. Inquérito Civil nº 06.2022.00001350-0**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar eventuais irregularidades na estrutura física e manutenção da instituição EMEI Dom Antonio Barbosa, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AVERIGUAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E MANUTENÇÃO DA INSTITUIÇÃO EMEI DOM ANTONIO BARBOSA, VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO – EXISTÊNCIA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM CURSO QUE ABRANGE O OBJETO DA PRESENTE INVESTIGAÇÃO – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, observa-se que a presente investigação decorre de atuação de ofício do Ministério Público Estadual, visando a verificação de denúncias de irregularidades na estrutura de instituições da rede pública municipal de ensino, como a EMEI Dom Antonio Barbosa, objeto do presente Inquérito Civil; 2. Ocorre que, conforme informação constante nestes próprios autos e devidamente confirmada após consulta ao sítio eletrônico do TJMS, está em curso a Ação Civil Pública 0902407-09.2021.8.12.0001 perante o juízo da Vara da Infância, Adolescência e do Idoso da Comarca de Campo Grande, e que abarca o objeto do presente Feito; 3. Logo, tratando-se de matéria que já encontra-se devidamente judicializada e, cujas diligências e medidas cabíveis serão efetivadas no âmbito do Poder Judiciário, de rigor o arquivamento dos autos; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

**12. Inquérito Civil nº 06.2022.00001352-2**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar eventuais irregularidades na estrutura física e manutenção da instituição Escola Municipal Margarida Maksoud Trad – Extensão IV, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AVERIGUAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E MANUTENÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL MARGARIDA MAKSOUD TRAD – EXTENSÃO IV, VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO – EXISTÊNCIA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM CURSO QUE ABRANGE O OBJETO DA PRESENTE INVESTIGAÇÃO – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, observa-se que a presente investigação decorre de atuação de ofício do Ministério Público Estadual, visando a verificação de denúncias de irregularidades na estrutura de instituições da rede pública municipal de ensino, como a Escola Municipal Margarida Maksoud Trad – Extensão IV, objeto do presente Inquérito Civil; 2. Ocorre que, conforme informação constante nestes próprios autos e devidamente confirmada após consulta ao sítio eletrônico do TJMS, está em curso a Ação Civil Pública 0902407-09.2021.8.12.0001 perante o juízo da Vara da Infância, Adolescência e do Idoso da Comarca de Campo Grande, e que abarca o objeto do presente Feito; 3. Logo, tratando-se de matéria que já encontra-se devidamente judicializada e, cujas diligências e medidas cabíveis serão efetivadas no âmbito do Poder Judiciário, de rigor o arquivamento dos autos; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

**13. Inquérito Civil nº 06.2022.00001353-3**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar eventuais irregularidades na estrutura física e manutenção da instituição Escola Municipal Professor





Luiz Cavallon, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AVERIGUAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E MANUTENÇÃO DA INSTITUIÇÃO EMEI FÁTIMA DE JESUS DINIZ SILVEIRA, VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO – EXISTÊNCIA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM CURSO QUE ABRANGE O OBJETO DA PRESENTE INVESTIGAÇÃO – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, observa-se que a presente investigação decorre de atuação de ofício do Ministério Público Estadual, visando a verificação de denúncias de irregularidades na estrutura de instituições da rede pública municipal de ensino, como a EMEI Fátima de Jesus Diniz Silveira, objeto do presente Inquérito Civil; 2. Ocorre que, conforme informação constante nestes próprios autos e devidamente confirmada após consulta ao sítio eletrônico do TJMS, está em curso a Ação Civil Pública 0902407-09.2021.8.12.0001

perante o juízo da Vara da Infância, Adolescência e do Idoso da Comarca de Campo Grande, e que abarca o objeto do presente Feito; 3. Logo, tratando-se de matéria que já encontra-se devidamente judicializada e, cujas diligências e medidas cabíveis serão efetivadas no âmbito do Poder Judiciário, de rigor o arquivamento dos autos; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

#### 14. Inquérito Civil nº 06.2022.00001380-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar eventuais irregularidades na estrutura física e manutenção da instituição EMEI Laura de Vicuña, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AVERIGUAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E MANUTENÇÃO DA INSTITUIÇÃO EMEI LAURA DE

VICUÑA, VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO – EXISTÊNCIA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM CURSO QUE ABRANGE O OBJETO DA PRESENTE INVESTIGAÇÃO – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, observa-se que a presente investigação decorre de atuação de ofício do Ministério Público Estadual, visando a verificação de denúncias de irregularidades na estrutura de instituições da rede pública municipal de ensino, como a EMEI Laura de Vicuña, objeto do presente Inquérito Civil;

2. Ocorre que, conforme informação constante nestes próprios autos e devidamente confirmada após consulta ao sítio eletrônico do TJMS, está em curso a Ação Civil Pública 0902407-09.2021.8.12.0001 perante o juízo da Vara da Infância, Adolescência e do Idoso da Comarca de Campo Grande, e que abarca o objeto do presente Feito; 3. Logo, tratando-se de matéria que já encontra-se devidamente judicializada e, cujas diligências e medidas cabíveis serão efetivadas no âmbito do Poder Judiciário, de rigor o arquivamento dos autos; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

#### 15. Inquérito Civil nº 06.2022.00001401-0

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar eventuais irregularidades na estrutura física e manutenção da instituição EMEI Novos Estados, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AVERIGUAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E MANUTENÇÃO DA INSTITUIÇÃO EMEI NOVOS ESTADOS, VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO – EXISTÊNCIA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM CURSO QUE ABRANGE O OBJETO DA PRESENTE INVESTIGAÇÃO – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos,





observa-se que a presente investigação decorre de atuação de ofício do Ministério Público Estadual, visando a verificação de denúncias de irregularidades na estrutura de instituições da rede pública municipal de ensino, como a EMEI Novos Estados, objeto do presente Inquérito Civil; 2. Ocorre que, conforme informação constante nestes próprios autos e devidamente confirmada após consulta ao sítio eletrônico do TJMS, está em curso a Ação Civil Pública 0902407-09.2021.8.12.0001 perante o juízo da Vara da Infância, Adolescência e do Idoso da Comarca de Campo Grande, e que abarca o objeto do presente Feito; 3. Logo, tratando-se de matéria que já encontra-se devidamente judicializada e, cujas diligências e medidas cabíveis serão efetivadas no âmbito do Poder Judiciário, de rigor o arquivamento dos autos; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

#### **16. Inquérito Civil nº 06.2022.00001403-2**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar eventuais irregularidades na estrutura física e manutenção da instituição EMEI Odete Trindade Benites, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AVERIGUAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E MANUTENÇÃO DA INSTITUIÇÃO EMEI ODETE TRINDADE BENITES, VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO – EXISTÊNCIA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM CURSO QUE ABRANGE O OBJETO DA PRESENTE INVESTIGAÇÃO – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.** 1.

Analisando os autos, observa-se que a presente investigação decorre de atuação de ofício do Ministério Público Estadual, visando a verificação de denúncias de irregularidades na estrutura de instituições da rede pública municipal de ensino, como a EMEI Odete Trindade Benites, objeto do presente Inquérito Civil; 2. Ocorre que, conforme informação constante nestes próprios autos e devidamente confirmada após consulta ao sítio eletrônico do TJMS, está em curso a Ação Civil Pública 0902407-09.2021.8.12.0001 perante o juízo da Vara da Infância, Adolescência e do Idoso da Comarca de Campo Grande, e que abarca o objeto do presente Feito; 3. Logo, tratando-se de matéria que já encontra-se devidamente judicializada e, cujas diligências e medidas cabíveis serão efetivadas no âmbito do Poder Judiciário, de rigor o arquivamento dos autos; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

#### **17. Inquérito Civil nº 06.2022.00001414-3**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar eventuais irregularidades na estrutura física e manutenção da instituição EMEI São José, visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

**EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AVERIGUAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E MANUTENÇÃO DA INSTITUIÇÃO EMEI SÃO JOSÉ,**

**VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO – EXISTÊNCIA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM CURSO QUE ABRANGE O OBJETO DA PRESENTE INVESTIGAÇÃO – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.** 1. Analisando os autos, observa-se que a presente investigação decorre de atuação de ofício do Ministério Público Estadual, visando a verificação de denúncias de irregularidades na estrutura de instituições da rede pública municipal de ensino, como a EMEI São José, objeto do presente Inquérito Civil; 2. Ocorre que, conforme informação constante nestes próprios autos e devidamente confirmada após consulta ao sítio eletrônico do TJMS, está em curso a Ação Civil Pública 0902407-09.2021.8.12.0001 perante o juízo da Vara da Infância, Adolescência e do Idoso da Comarca de Campo Grande, e que abarca o objeto do presente Feito; 3. Logo, tratando-se de matéria que já encontra-se devidamente judicializada e, cujas diligências e medidas cabíveis serão efetivadas no âmbito do Poder Judiciário, de rigor



o arquivamento dos autos; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

#### **18. Inquérito Civil nº 06.2022.00001430-0**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Averiguar eventuais irregularidades na estrutura física e manutenção da instituição EMEI Professora Lina Lemes de Oliveira (Antiga EMEI Tupinambás), visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AVERIGUAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA ESTRUTURA FÍSICA E MANUTENÇÃO DA INSTITUIÇÃO EMEI PROFESSORA LINA LEMES DE OLIVEIRA (ANTIGA EMEI TUPINAMBÁS), VISANDO GARANTIR A INTEGRIDADE E SEGURANÇA FÍSICA DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO – EXISTÊNCIA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM CURSO QUE ABRANGE O OBJETO DA PRESENTE INVESTIGAÇÃO – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, observa-se que a presente investigação decorre de atuação de ofício do Ministério Público Estadual, visando a verificação de denúncias de irregularidades na estrutura de instituições da rede pública municipal de ensino, como a EMEI Professora Lina Lemes de Oliveira, objeto do presente Inquérito Civil; 2. Ocorre que, conforme informação constante nestes próprios autos e devidamente confirmada após consulta ao sítio eletrônico do TJMS, está em curso a Ação Civil Pública 0902407-09.2021.8.12.0001 perante o juízo da Vara da Infância, Adolescência e do Idoso da Comarca de Campo Grande, e que abarca o objeto do presente Feito; 3. Logo, tratando-se de matéria que já encontra-se devidamente judicializada e, cujas diligências e medidas cabíveis serão efetivadas no âmbito do Poder Judiciário, de rigor o arquivamento dos autos; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

#### **19. Inquérito Civil nº 06.2023.00000793-5**

67ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: BRB Banco de Brasília SA

Assunto: Apurar as irregularidades em acessibilidade constatadas na agência do Banco BRB – Banco de Brasília S.A., localizadas em Campo Grande.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR AS IRREGULARIDADES EM ACESSIBILIDADE CONSTATADAS NA AGÊNCIA DO BANCO BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A., LOCALIZADAS EM CAMPO GRANDE – IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou de ação civil pública; 2. Compulsando os autos, verifica-se que não remanescem as falhas de acessibilidade da agência bancária em questão, visto que a requerida, BRB Banco de Brasília S.A cumpriu as exigências devidas, conforme comprovam os documentos de fls. 89/91 e 107/109, bem como relatório de vistoria realizado pela SEMADUR (fls. 116/119); 3. Assim, nota-se que não há justificativa para que o Inquérito Civil ora em discussão permaneça em andamento, uma vez que foram adotadas as medidas cabíveis à resolução da ilegalidade inicialmente existente; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

**20. Inquérito Civil nº 06.2023.00000824-5**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Marcus Nascimento Goncalves de Oliveira

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 15,5000 hectares de vegetação nativa em área de Reserva Legal, bem como o corte de árvores nativas isoladas em 614 hectares na área dos pivôs centrais, na Fazenda São José do Pontal, em Ribas do Rio Pardo/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Auto de Infração nº 012159/2023 e Laudo de Constatação nº 015566/2023.

**EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DA SUPRESSÃO DE 15,5000 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA EM ÁREA DE RESERVA LEGAL, BEM COMO O CORTE DE ÁRVORES**

**NATIVAS ISOLADAS EM 614 HECTARES NA ÁREA DOS PIVÔS CENTRAIS, NA FAZENDA SÃO JOSÉ DO PONTAL, EM RIBAS DO RIO PARDO/MS, SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE, CONFORME AUTO DE INFRAÇÃO**

Nº 012159/2023 E LAUDO DE CONSTATAÇÃO Nº 015566/2023 – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO N. 15/2007-PGJ – INSTAURADO O DEVIDO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, PARA FISCALIZAÇÃO DAS CLÁUSULAS PACTUADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC, nos termos dos artigos 33 a 43 da Res. 0015/2007-PGJ, por meio do qual os beneficiários se comprometeram a realizar as obrigações estabelecidas às fls. 218/225; 2. Consigne-se que foi instaurado o PA nº 09.2024.00000833-8 (fls. 238/242) para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2019 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as irregularidades inicialmente noticiadas foram objeto de TAC; A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

**21. Inquérito Civil nº 06.2023.00000915-5**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Nelci Terezinha dos Santos

Assunto: Apurar a supressão de 0,46 ha de vegetação nativa, em área de Reserva Legal Proposta, na Fazenda Bela Vista e Fazenda Mondai, em Chapadão do Sul/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 312/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

**EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DA SUPRESSÃO DE 0,46 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA, EM ÁREA DECLARADA COMO RESERVA LEGAL PROPOSTA, NA FAZENDA BELA VISTA E FAZENDA MONDAI, EM CHAPADÃO DO SUL/MS, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME LAUDO TÉCNICO N. 312/23/NUGEO (PROGRAMA DNA AMBIENTAL) – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO N. 15/2007-PGJ – INSTAURADO O DEVIDO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, PARA FISCALIZAÇÃO DAS CLÁUSULAS PACTUADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC, nos termos dos artigos 33 a 43 da Res. 0015/2007-PGJ, por meio do qual a beneficiária se comprometeu a realizar as obrigações estabelecidas às fls. 57/61; 2. Consigne-se que foi instaurado o PA nº 09.2024.00000200-0 para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2019 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as irregularidades inicialmente noticiadas foram objeto de TAC; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.**

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

**22. Inquérito Civil nº 06.2023.00001317-0**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Maria de Lourdes Silvestre da Silva

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente do desmatamento ilegal de 7,15 ha, em área abrangida pelos Lotes 78 e 79 do Assentamento São Joaquim, em Selvíria/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEL DANO AMBIENTAL DECORRENTE DO DESMATAMENTO ILEGAL DE 7,15 HA, EM ÁREA ABRANGIDA PELOS LOTES 78 E 79 DO ASSENTAMENTO SÃO JOAQUIM, EM SELVÍRIA/MS – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO N. 15/2007-PGJ – INSTAURADO O DEVIDO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, PARA FISCALIZAÇÃO DAS CLÁUSULAS PACTUADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC, nos termos dos artigos 33 a 43 da Res. 0015/2007-PGJ, por meio do qual a beneficiária se comprometeu a realizar as obrigações estabelecidas às fls. 101/104; 2. Consigne-se que foi instaurado o PA nº 09.2024.00000758-3 para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2019 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as irregularidades inicialmente noticiadas foram objeto de TAC; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

**23. Inquérito Civil nº 06.2018.00002610-5**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Câmara Municipal de Ponta Porã

Assunto: Apurar eventual ilegalidade no pagamento de diárias de membros da Câmara Municipal de Ponta Porã/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL ILEGALIDADE NO PAGAMENTO DE DIÁRIAS DE MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ/MS – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – RECOMENDAÇÃO ACATADA – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Verifica-se que o Feito atingiu seu intento, sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou judicialização da demanda; 2. Observa-se que a Promotoria de Justiça de origem expediu a Recomendação nº 0007/2022/01PJ/PPR (fls. 624/631), recomendando a apresentação de projeto de lei regulamentando o pagamento de diárias à servidores e vereadores da Câmara Municipal – obedecendo-se aos critérios ali elencados – bem como para que cessassem condutas apontadas naquele documento. A Casa de Leis, por sua vez, acatou as orientações (fls. 650/710); 3. Diante disso, nota-se que não há justificativa para que o Inquérito Civil ora em discussão permaneça em andamento, visto que após atuação resolutiva do Parquet de primeiro grau, o objeto da investigação esgotou-se; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

**24. Inquérito Civil nº 06.2019.00001045-0**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Empresa Energética Santa Helena S/A

Assunto: Apurar o dano ambiental causado na Fazenda Ipê Branco em decorrência de incêndio que atingiu 812 hectares de canavial, 10,11 hectares de reserva legal e 17,89 hectares de área de preservação permanente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR O DANO AMBIENTAL CAUSADO NA FAZENDA IPÊ BRANCO EM DECORRÊNCIA DE INCÊNDIO QUE ATINGIU 812

HECTARES DE CANAVIAL, 10,11 HECTARES DE RESERVA LEGAL E 17,89 HECTARES DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO N. 15/2007-PGJ – INSTAURADO O DEVIDO PROCEDIMENTO





ADMINISTRATIVO, PARA FISCALIZAÇÃO DAS CLÁUSULAS PACTUADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC, nos termos dos artigos 33 a 43 da Res. 0015/2007-PGJ, por meio do qual o beneficiário se comprometeu a realizar as obrigações estabelecidas às fls. 303/310; 2. Consigne-se que foi instaurado o PA nº 09.2023.00013050-0 (fls. 317/318) para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2019 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as irregularidades inicialmente noticiadas foram objeto de TAC; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

## 25. Inquérito Civil nº 06.2021.00000910-3

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Câmara Municipal de Ponta Porã, Paulo Cezar Custódio, Rainer Fidelis Pedrozo, Previporã - Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Ponta Porã- MS

Assunto: Apurar eventuais irregularidades relativas aos servidores Paulo César Custódio e Rainer Fidelis Pedrozo e possível celebração de contratos administrativos com a Câmara Municipal de Ponta Porã e com o Previporã.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES RELATIVAS AOS SERVIDORES PAULO CÉZAR CUSTÓDIO E RAINER FIDELIS PEDROZO E POSSÍVEL CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS COM A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ E COM O PREVIPORÃ – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – AUSÊNCIA DE PREJUÍZO AOS COFRES PÚBLICOS OU ENRIQUECIMENTO ILÍCITO ANTE A EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS PELA ADMINISTRAÇÃO – AUSÊNCIA DE CONFIGURAÇÃO DE QUAISQUER DAS FIGURAS VIOLADORAS DOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS, PREVISTAS NO ROL TAXATIVO DO ART. 11, DA LIA – PROVAS INSUFICIENTES À COMPROVAÇÃO DE CONDUTA DOLOSA, CARACTERIZADORA DE ATO ÍMPROBO – ELEMENTO VOLITIVO NÃO IDENTIFICADO, INDISPENSÁVEL PARA IMPUTAÇÃO DOS ILÍCITOS PREVISTOS NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as diligências empreendidas não comprovaram irregularidades passíveis de ajuizamento de ação civil pública ou prosseguimento do Feito; 2. De acordo com os documentos acostados nos autos, não restou evidenciada conduta típica dolosa configuradora de ato ímprobo, tampouco a configuração de quaisquer das figuras violadoras dos princípios administrativos, previstas no rol taxativo do art. 11, da Lei de Improbidade Administrativa; 3. No mesmo mote, não se infere dos autos prejuízo aos cofres públicos ou enriquecimento ilícito, ante a efetiva prestação dos serviços contratados pela Administração, não se verificando, outrossim, o elemento volitivo, consistente na vontade livre e consciente de lesar o erário ou promover indevido enriquecimento de terceiro; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.**

## 2.2.9. RELATOR-CONSELHEIRO ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:

### 1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2024.00000335-4 – SIGILOS

26ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Campo Grande

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo não provimento do recurso interposto e pela consequente homologação do arquivamento da presente Notícia de Fato, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

### 2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000877-3

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bataguassu/MS

Assunto: Apurar eventual omissão do Município de Bataguassu no exercício do poder de polícia administrativo com relação ao atendimento às normas gerais e locais e aos critérios básicos para promoção de acessibilidade das pessoas





portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, bem como a adequação estrutural dos prédios públicos utilizados pelo ente municipal para prestação de serviços públicos.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL OMISSÃO DO MUNICÍPIO DE BATAGUASSU NO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVO COM RELAÇÃO AO ATENDIMENTO ÀS NORMAIS GERAIS E LOCAIS E AOS CRITÉRIOS BÁSICOS PARA PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA OU COM MOBILIDADE REDUZIDA, BEM COMO A ADEQUAÇÃO ESTRUTURAL DOS PRÉDIOS PÚBLICOS UTILIZADOS PELO ENTE MUNICIPAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Da análise dos autos, verifica-se que, após provocação do órgão de execução e diversas diligências, o Município de Bataguassu/MS afirmou e comprovou que sanou as irregularidades outrora existentes com relação à acessibilidade de pessoas com deficiência nos prédios públicos municipais. 2. Dessa forma, verifica-se que o problema objeto do procedimento restou sanado, inexistindo razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor.

**VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.**

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

### 3. Inquérito Civil nº 06.2022.00000836-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Rosaldo Pinheiro Cangussu e Izaura Marques dos Santos

Assunto: Reunir elementos para a responsabilização civil do autor dos fatos descritos no Auto de Infração IMASUL nº 3706.

**Advogado:** Manoel Alves Terças Neto – OSB/MS nº 22.556B

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL. REUNIR ELEMENTOS PARA A RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL DO AUTOR DOS FATOS DESCRITOS NO AUTO DE INFRAÇÃO IMASUL Nº 3706. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. 2. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ,

a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2024.00001100-0 (fl. 151) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. **VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.**

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

### 4. Inquérito Civil nº 06.2022.00000863-0

7ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Três Lagoas, empresa Poligonal Engenharia e Construções LTDA.

Assunto: Apurar possíveis irregularidades, notadamente suposto superfaturamento ou entrega a menor do objeto contratual, no caso, as construções de 7 (sete) praças públicas, na cidade de Três Lagoas/MS, pela empresa Poligonal Engenharia e Construções LTDA, objeto do Contrato Administrativo nº 282/2020.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL. APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES, NOTADAMENTE SUPOSTO SUPERFATURAMENTO OU ENTREGA A MENOR DO OBJETO CONTRATUAL, NO CASO, AS CONSTRUÇÕES DE 7 (SETE) PRAÇAS PÚBLICAS, NA CIDADE DE TRÊS LAGOAS/MS, PELA EMPRESA POLIGONAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, OBJETO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 282/2020. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Após detida análise dos autos, verifica-se que não restou comprovado a existência de irregularidade ou ilícito que configure atos de improbidade administrativa.

**VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.**

**Deliberação:** O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

**5. Inquérito Civil nº 06.2023.00000795-7**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Mônica de Lourdes Patrício e Sandra Patrício Farias

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 0,90 hectares de vegetação nativa, integrante do bioma Mata Atlântica, na Fazenda Ouro Fino, em Amambai/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico nº 249/23/NUGEO (Programa DNA Ambiental) e Relatório de Fiscalização Ambiental nº 09/2ºGPMA/2ºPEL/5ªCIA/BPMA/2023.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DA SUPRESSÃO DE 0,90 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA, INTEGRANTE DO BIOMA MATA ATLÂNTICA, NA FAZENDA OURO FINO, EM AMAMBAI/MS, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME LAUDO TÉCNICO Nº 249/23/NUGEO (PROGRAMA DNA AMBIENTAL) E RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL Nº 09/2ºGPMA/2ºPEL/5ªCIA/BPMA/2023. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. 2. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000963-7 (fl. 688) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

**6. Inquérito Civil nº 06.2023.00001079-5**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Lierson Alves

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 26,5 hectares em área declarada como remanescente de vegetação nativa, na Fazenda Pindorama Bela Vista, em Paranaíba/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 009925/2022 e Laudo de Constatação nº 012992/2022.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DA SUPRESSÃO DE 26,5 HECTARES EM ÁREA DECLARADA COMO REMANESCENTE DE VEGETAÇÃO NATIVA, NA FAZENDA PINDORAMA BELA VISTA, EM PARANAÍBA/MS, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME AUTO DE INFRAÇÃO

Nº 009925/2022 E LAUDO DE CONSTATAÇÃO Nº 012992/2022. PROCEDIMENTO IDÊNTICO AO INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2019.00001565-6, JÁ ARQUIVADO. CONFIGURAÇÃO DE FENÔMENO ANÁLOGO AO DA COISA JULGADA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verifica-se que o presente procedimento e o Inquérito Civil nº 06.2019.00001565-6 investigam desmates com sobreposição total de áreas na mesma propriedade rural, conforme apontado no Parecer nº 601/23/NUGEO. 2. Assim, considerando que o Inquérito Civil nº 06.2019.00001565-6 (mais antigo) já teve seu arquivamento devidamente homologado por este Conselho Superior, tendo em vista a configuração de fenômeno análogo ao da coisa julgada, previsto no artigo 337, § 4º do CPC/2015, não há que se falar em continuidade das investigações, razão pela qual vota-se pela homologação da promoção de arquivamento. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.**

Campo Grande, 23 de abril de 2024

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP



## COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

## AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

EDITAL DO PREGÃO Nº 13/PGJ/2023 - ELETRÔNICO

PROCESSO Nº 09.2023.00006913-2

UASG - 453860

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a **adjudicação** do objeto e a **homologação** do resultado e da regularidade da licitação **Pregão nº 13/PGJ/2023 - Eletrônico (Processo nº 09.2023.00006913-2)**.

**Objeto:** Prestação de serviços continuados de jardinagem, compreendendo a manutenção, reforma e limpeza de áreas verdes, bem como jardins internos e externos, vasos com plantas ornamentais e áreas não urbanizadas do MP/MS, incluindo mão-de-obra, fornecimento de uniformes, EPIs, materiais e insumos e o emprego de ferramentas e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços.

**Vencedora:** **QUEIROZ JUNIOR SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA** para os seguintes grupos(lotes) e com os respectivos valores mensais, 2 (R\$ 350,00), 5 (R\$ 313,00), 6 (R\$ 244,00), 7 (R\$ 150,00), 11 (R\$ 93,60), 12 (R\$ 187,00), 13 (R\$ 380,00), 15 (R\$ 480,00), 16 (R\$ 290,00), 17 (R\$ 150,00), 18 (R\$ 520,00), 19 (R\$ 280,00), 20 (R\$ 230,00), 21 (R\$ 170,00), 22 (R\$ 645,00), 24 (R\$ 845,00), 25 (R\$ 540,00), 26 (R\$ 830,00), 27 (R\$ 735,00), 28 (R\$ 990,00), 29 (R\$ 415,00), 30 (R\$ 835,00), 31 (R\$ 810,00), 32 (R\$ 285,00), 33 (R\$ 135,00), 34 (R\$ 535,00), 35 (R\$ 265,00), 36 (R\$ 185,00) e 37 (R\$ 795,00) e; **BRILHAR SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA** para os seguintes grupos(lotes) e com os respectivos valores mensais, 1 (R\$ 40.000,00), 3 (R\$ 429,95), 4 (R\$ 424,95), 8 (R\$ 469,95), 9 (R\$ 487,95), 10 (R\$ 157,99), 14(R\$ 488,97) e 23 (R\$ 313,69).

**Justificativa:** Adjudicação e Homologação tendo em vista o menor preço ofertado, nos termos do Edital.

Campo Grande, 23 de abril de 2024.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA

Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS

Ordenadora de Despesa

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

## EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO Nº 2024NE001540 DE 22.04.2024 DO PROCESSO Nº 09.2024.00003768-8

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: A DE N P Oliveira.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2023 - Pregão Eletrônico nº 28/PGJ/2022.

Objeto: Aquisição de materiais químicos para construção civil e materiais para manutenção de bens imóveis, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 4.920,00 (quatro mil novecentos e vinte reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE001540 de 22.04.2024.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EXTRATO DO TERMO DE CANCELAMENTO DE REGISTRO DE FORNECEDOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/PGJ/2023, DO PREGÃO Nº 28/PGJ/2022 – ELETRÔNICO**

Processo nº 09.2022.00008719-2

Partes:

1 - **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2 - **MIX REPRESENTAÇÕES E COMÉRCIO EM GERAL LTDA.**, representada por **Sérgio Sábia Rocha**.

Amparo legal: Artigo 9º, inciso III, e art. 10, ambos da Resolução nº 014/2011-PGJ, e no subitem 3.11.2 da Cláusula Terceira da Ata de Registro de Preços nº 06/PGJ/2023.

Objeto: Cancelamento do registro de fornecedor da Ata de Registro de Preços nº 06/PGJ/2023, em conformidade com a Decisão proferida pela Excelentíssima Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, às p. 211-216, dos autos PGA nº 09.2023.00012075-7.

Data da assinatura: 22 de abril de 2024.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 18ª Promotoria de Justiça de Campo Grande da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>1</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0925406-82.2023.8.12.0001, em que consta como vítima(s) Alex Sandro Machado Catarinelli, conforme se transcreve: "Ante o exposto, e pelo que mais do Inquérito Policial consta, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, com fundamento nos Artigos 18 e 28 do Código de Processo Penal, requer o ARQUIVAMENTO do presente feito, no que tange a tentativa de homicídio contra da vítima ALEX SANDRO MACHADO CATARINELLI, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações, caso surjam novos indícios ou suspeitas."

Campo Grande/MS, 23 de abril de 2024.

**JOSÉ ARTURO IUNES BOBADILLA GARCIA**

Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>2</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Douglas dos Santos Martins a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0925734-12.2023.8.12.0001, em que constam como investigado Douglas dos Santos Martins e vítima Ana Julia Vieira dos Santos da Silva Fascioni, conforme se transcreve: "o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia".

Campo Grande/MS, 22 de abril de 2024.

**BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA**

Promotor de Justiça

1 "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."

2 "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."

**RETIFICAÇÃO DO EDITAL N. 0002/2024/25PJ/CGR****EDITAL N° 0002/2024/25PJ/CGR**

A 25ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório no Inquérito Civil abaixo discriminado, à disposição de quem possa interessar na Rua da Paz, 134, 3º andar, centro, CEP 79002-190, Campo Grande/MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001022-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: CETEPS CENTRO DE TECNOLOGIA E DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL LTDA ME com sede na Rua Pernambuco, nº 1332, Monte Castelo - CEP: 79010-040, Campo Grande MS.

ONDE SE LÊ:

Assunto: Apurar eventual irregularidade na falta de qualificação de clínica e seus colaboradores, para aplicação do tratamento ABA – Análise Comportamental Aplicada em pessoas com TEA – Transtorno do Espectro do Autismo.

PASSE A CONSTAR:

Assunto: Apurar eventual irregularidade da CETEPS - Centro de Tecnologia e de Educação Profissional, no oferecimento do seu curso de Técnico em Veterinária.

Campo Grande/MS, 22 de abril de 2024.

FABRÍCIO PROENÇA DE AZAMBUJA

Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>3</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Igor da Silva Leite a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0908393-36.2024.8.12.0001, em que constam como investigado Igor da Silva Leite e vítima Vitória Aristimunho Chaves, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 22 de abril de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA

Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>4</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado César Pinheiro Nunes a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0907983-75.2024.8.12.0001, em que constam como investigado César Pinheiro Nunes e vítima Helena de Oliveira Serrano, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 22 de abril de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA

Promotor de Justiça

3 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

4 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”





## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>5</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Silvano Vicente Matoso a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0812698-53.2023.8.12.0110, em que constam como investigado Silvano Vicente Matoso e vítimas Cleonice Silva Costa Loes e Débora Costa Lopes, conforme se transcreve: “pelos fatos e fundamentos de direito acima expostos, o Ministério Público requer o arquivamento do presente Inquérito Policial”.

Campo Grande/MS, 22 de abril de 2024.

**BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA**  
Promotor de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>6</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Lucas Vieira dos Santos Danilucci a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0908425-41.2024.8.12.0001, em que constam como investigado Lucas Vieira dos Santos Danilucci e vítima Cibelly Marques Leite Mendonça, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 22 de abril de 2024.

**BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA**  
Promotor de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>7</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica as vítimas Cristina Rosa Estival e José Netto Estival a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0912883-04.2024.8.12.0001, em que consta como investigado Percy Dias Garcia e vítimas Cristina Rosa Estival e José Netto Estival, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 22 de abril de 2024.

**BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA**  
Promotor de Justiça

5 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

6 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

7 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>8</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima Simone Aparecida Vilacio Ortega a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0911528-56.2024.8.12.0001, em que consta como investigado Adriano Constantino Miquito e vítima Simone Aparecida Vilacio Ortega, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 22 de abril de 2024.

**BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA**  
Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0033/2024/66PJ/CGR**

A 66ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2024.00045847-1 em que constam como investigado Rafael Gimenes Bras e vítima Leticia Silva Da Gama conforme se transcreve: “ante a insuficiência de provas para a propositura da ação penal”

Campo Grande/MS, 23 de abril de 2024

**ESTEFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA**  
Promotor de Justiça

---

**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL**

---

**ANGÉLICA**

---

**EDITAL Nº 0003/2024/PJ/AIC**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC que está à disposição de quem possa interessar na Rua Stefan Dudas, Bairro Industrial, Angélica/MS, endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.br>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2024.00000561-9

Compromitente: Ministério Público Estadual

Compromissários: Luciano Ferreira, Sonia Venerisse Giantomassi Ferreira, Marlene Giantomassi Machado e Adriano Ferreira

Assunto: Acompanhar o cumprimento dos Termos de Ajustamento de Conduta celebrados nos autos do Inquérito Civil n. 06.2021.00000545-1

Angélica, 19 de abril de 2024

**ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI**  
Promotor de Justiça

---

8 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

**EDITAL N° 0004/2024/PJ/AIC**

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n° 09.2024.00000561-9

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Compromissários: Luciano Ferreira, Sonia Venerisse Giantomassi Ferreira, Marlene Giantomassi Machado e Adriano Ferreira

**EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado entre a Promotoria de Justiça do Patrimônio Público de Angélica/MS e Luciano Ferreira, Sonia Venerisse Giantomassi Ferreira, Marlene Giantomassi Machado e Adriano Ferreira, em tendo por objeto as obrigações que os compromissários assumem consistentes em realizar a compensação da área de reserva legal, por intermédio de aquisição de área igual bioma e em igual proporção, com aceite do órgão ambiental estadual, localizada na propriedade denominada Fazenda Duas Irmãs, localizada no município de Novo Horizonte do Sul, estando o conteúdo do referido acordo extrajudicial disponível para consulta no sítio eletrônico [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br), bem como na Promotoria de Justiça de Angélica/MS, localizada na Rua Stefan Dudas, n° 565, Centro, Cep: 79.785-000, Telefone (67) 2020-9315

Angélica, 19 de abril de 2024

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça

**EDITAL N° 0005/2024/PJ/AIC**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC que está à disposição de quem possa interessar na Rua Stefan Dudas, Bairro Industrial, Angélica/MS, endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.br>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC n° 09.2024.00000562-0

Compromitente: Ministério Público Estadual

Compromissários: Luciano Ferreira, Sonia Venerisse Giantomassi Ferreira, Marlene Giantomassi Machado e Adriano Ferreira

Assunto: Acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta, celebrado nos autos do Inquérito Civil n. 06.2021.00000632-8

Angélica, 19 de abril de 2024

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0006/2024/PJ/AIC**

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2024.00000562-0

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Compromissários: Luciano Ferreira, Sonia Venerisse Giantomassi Ferreira, Marlene Giantomassi Machado e Adriano Ferreira

**EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado entre a Promotoria de Justiça do Patrimônio Público de Angélica/MS e Luciano Ferreira, Sonia Venerisse Giantomassi Ferreira, Marlene Giantomassi Machado e Adriano Ferreira, em tendo por objeto as obrigações que os compromissários assumem consistentes em realizar a compensação da área de reserva legal, por intermédio de aquisição de área igual bioma e em igual proporção, com aceite do órgão ambiental estadual, localizada na propriedade denominada Fazenda Duas Irmãs, localizada no município de Novo Horizonte do Sul, estando o conteúdo do referido acordo extrajudicial disponível para consulta no sítio eletrônico [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br), bem como na Promotoria de Justiça de Angélica/MS, localizada na Rua Stefan Dudas, nº 565, Centro, Cep: 79.785-000, Telefone (67) 2020-9315

Angélica, 19 de abril de 2024

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça

---

**AQUIDAUANA**

---

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO – IP 444/2022**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana – MS, nos termos do disposto no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ3, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial supracitado, em que figuram autor e vítima abaixo elencados, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual promove o ARQUIVAMENTO deste presente inquérito, com fundamento no art. 28 do Código de Processo Penal.”.

Autos: SAJ/TJ nº 0900097-47.2023.8.12.0005 – SAJ/MP nº 08.2023.00016892-0

Autor: Leandro Pereira Santiago

Vítima: Camila Rodem Simão

Aquidauana - MS, 23 de abril de 2024.

ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA

1ª Promotora de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO – IP 36/2023**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana – MS, nos termos do disposto no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ3, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial supracitado, em que figuram autor e vítima abaixo elencados, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual promove o ARQUIVAMENTO deste presente inquérito, com fundamento no art. 28 do Código de Processo Penal.”.

Autos: SAJ/TJ nº 0900255-05.2023.8.12.0005 – SAJ/MP nº 08.2023.00049354-2

Autor: Kelvin Roman Gonçalves

Vítima: Adriana Melo de Lima

Aquidauana - MS, 23 de abril de 2024.

ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA

1ª Promotora de Justiça



---

BELA VISTA

---

## EDITAL Nº 0030/2024/PJ/BVT

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>9</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0900121-47.2024.8.12.0003 (MP Nº 08.2024.00051932-0), em que constam como investigado Robinson Centurião Noia, conforme se transcreve: “Pelo exposto, ausente a justa causa para eventual promoção de ação penal, o Ministério Público promove o arquivamento dos autos, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal e Súmula 524 do Supremo Tribunal Federal ”.

Bela Vista/MS, 19 de abril de 2024.

FELIPE ALMEIDA MARQUES

Promotor de Justiça em substituição legal.

---

CAARAPÓ

---

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Caarapó, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado, Cleber Roberto Barbosa, a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 0000640-70.2018.8.12.0031/08.2018.00077071-3, conforme se transcreve: "Ante o exposto, o Ministério Público Estadual requer:

1 – Quanto ao delito de ameaça, a extinção da punibilidade do autor, *Cleber Roberto Barbosa*, nos termos do artigo 107, IV, do CP; e

2 – Com relação ao crime de lesão corporal, o arquivamento do inquérito policial, ante a ausência de provas acerca da efetiva prática pelos referidos autores".

Caarapó/MS, 22 de abril de 2024.

FERNANDA ROTTILI DIAS

Promotora de Justiça

---

9 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



**CORUMBÁ****EDITAL Nº 0019/2024/02PJ/CBA**

Inquérito Civil nº 06.2024.00000043-5.

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado nos autos de Inquérito Civil 06.2024.00000043-5 que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco, Corumbá/MS.

O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Compromissário: Thiago Pereira Leite Fae

Objeto: O Compromissário confirma ter sido cientificado da instauração do Inquérito Civil nº 06.2024.00000043-5 para apurar a supressão vegetal de fragmentos arbóreos em 29,84 hectares, não abarcados pela AA nº 2135/2022, no interior do imóvel rural "*Fazenda Campo Alegre – Gleba A*", matrícula nº 36.962, CARMS0082731, pertencente a Thiago Pereira Leite Faé, contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

Obrigação: 1) O Compromissário obriga-se a não realizar qualquer intervenção potencialmente poluidora na área da propriedade rural denominada "*Fazenda Campo Alegre – Gleba A*", matrícula nº 36.962, CARMS0082731, sem a prévia autorização ambiental expedida pelo Órgão Ambiental Competente. Eventual autorização ambiental concedida terá que ser respeitada em seu prazo de validade e abrangência, sendo essa verificação de exclusiva responsabilidade do Compromissário. O descumprimento das obrigações assumidas nesta cláusula e parágrafo primeiro importará na incidência da multa de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais). 2) Manifestado o *interesse* em explorar a área desmatada e sendo esta passível de licenciamento, o Compromissário obriga-se a retificar o CARMS0082731 junto ao Instituto do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul – IMASUL, com o fito de regularizar a área de 29,84 hectares de vegetação nativa remanescente desmatada sem licenciamento ambiental no interior do imóvel rural "*Fazenda Campo Alegre – Gleba A*", matrícula nº 36.962, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da assinatura deste Termo. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso. 3) O Compromissário obriga-se, a título de indenização pelos danos ambientais pretéritos, ao pagamento do valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)<sup>10</sup>, em 05 (cinco) parcelas mensais, com o primeiro pagamento para os 30 (trinta) dias seguintes a contar da assinatura do TAC, e as demais para o mesmo dia dos meses subsequentes, em favor do Conselho de Segurança de Corumbá e Ladário – CONSECOL, mediante transferência bancária (*Banco Bradesco nº 237, Agência nº 0188, Conta Corrente nº 62.412-8, CNPJ nº 16.729769/0001-85*), para fins de destinação vinculada ao 3º Grupamento de Bombeiros Militares de Corumbá/MS, para execução de projeto/orçamentos apresentados neste Órgão de Execução. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia sobre o valor em atraso, bem como correção monetária pelo IGPM e juros de 1% ao mês até o efetivo pagamento. 4) Neste ato o Compromissário obriga-se a comunicar a esta Promotoria de Justiça, por escrito e no prazo de 10 (dez) dias a contar da respectiva efetivação, o cumprimento de cada uma das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta) reais por dia de atraso.

Corumbá/MS, 22 de abril de 2024.

PEDRO MAGALHÃES DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça

<sup>10</sup> Valor obtido da multiplicação de 30 ha de área remanescente de vegetação nativa por R\$ 500,00 (quinhentos reais), ou seja, 50% do valor da multa prevista no artigo 52 do Decreto nº 6.514/2008 (Art. 52. Desmatar, a corte raso, florestas ou demais formações nativas, fora da reserva legal, sem autorização da autoridade competente: Multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por hectare ou fração.).



---

**COXIM**

---

**EDITAL Nº 0005/2024/02PJ/CXM**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador - CEP: 79400-000, Coxim/MS.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001414-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ernesto Maia Benez

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão vegetal de 31,215 hectares, na Fazenda Palmeiras, em Coxim/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração n. 012694/2023 e Laudo de Constatação n. 016192/2023”.

Coxim/MS, 23 de abril de 2024.

MARCOS ANDRÉ SANTANA CARDOSO

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0006/2024/02PJ/CXM**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador - CEP: 79400-000, Coxim/MS.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000135-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Moacir Bezerra Filho

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão vegetal de 2,68 hectares de Reserva Legal no Bioma Cerrado, na Fazenda Águas da Cutia, em Coxim/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração IE9OEFEC e Relatório de Fiscalização - IBAMA 4WU947X ”.

Coxim, 23 de abril de 2024.

MARCOS ANDRÉ SANTANA CARDOSO

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0007/2024/02PJ/CXM**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador - CEP: 79400-000, Coxim/MS.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000177-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Pecuaria Angela e Filhos Ltda

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão vegetal de 21,35 hectares, sendo 12,78 hectares em Área de Preservação Permanente, 8,44 hectares em área de vegetação nativa e 0,13 hectares em Área não Classificada, no Bioma Pantanal, na Fazenda Dois Buritis, em Coxim/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Despacho nº 18039279/2024-EMI-MS/Ditec-MS/Supes-MS”.

Coxim/MS, 23 de abril de 2024.

MARCOS ANDRÉ SANTANA CARDOSO

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0008/2024/02PJ/CXM**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador, CEP 79400-000, em Coxim/MS.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000187-8.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Josias Roberto de Souza.

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 11,99 hectares de vegetação nativa em área de Reserva Legal, na Fazenda Lagoa Azul, em Alcínópolis/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº UB0QMHEE expedido pelo IBAMA.”

Coxim/MS, 23 de abril de 2024.

MARCOS ANDRÉ SANTANA CARDOSO

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0009/2024/02PJ/CXM**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00000432-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Coxim.

Assunto: *Acompanhar a atual situação do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR).*

Coxim/MS, 23 de abril de 2024.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0010/2024/02PJ/CXM**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00003405-8.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A apurar.

Assunto: Acompanhamento e inspeção do serviço de acolhimento familiar de crianças e adolescentes no município de Alcínópolis/MS.

Coxim/MS, 23 de abril de 2024.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0011/2024/02PJ/CXM**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00002357-2

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Coxim.

Assunto: Acompanhar as visitas de inspeção aos programas municipais de atendimento para execução de medidas socioeducativas em meio aberto, aplicadas a adolescentes em decorrência da prática de ato infracional, no Município de Coxim-MS, exercício 2024.

Coxim/MS, 23 de abril de 2024.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0012/2024/02PJ/CXM**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00001784-8.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Alcínópolis.

Assunto: Acompanhar o gerenciamento de resíduos sólidos do Município de Alcínópolis, exercício 2024.

Coxim/MS, 23 de abril de 2024.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0013/2024/02PJ/CXM**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00003409-1.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A apurar.

Assunto: Acompanhamento e inspeção do serviço de acolhimento familiar de crianças e adolescentes no município de Coxim/MS.

Coxim/MS, 23 de abril de 2024.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça



DOIS IRMÃOS DO BURITI

EDITAL 0010/2024/PJ/DIB

Autos de Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2024.00003632-3

A Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2024.00003632-3, o qual se encontra à disposição na Rua Reginaldo Lemes da Silva, 763, Centro, Dois Irmãos do Buriti/MS.

Requerente: Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti-MS

Requeridos/Interessado: Secretaria de Assistência Social do Município de Dois Irmãos do Buriti-MS.

Assunto: Acompanhar a realização da inspeção anual no Centro de Referência Especializado de Assistência Social CREAS do Município de Dois Irmãos do Buriti/MS referente a 2024, normatizada na Resolução CNMP nº 204/2019.

Dois Irmãos do Buriti-MS, 16 de abril de 2024.

MARCOS MARTINS DE BRITO  
Promotor de Justiça em substituição legal

PONTA PORÃ

EDITAL N. 0003/2024/SP/PPR

NOTÍCIA DE FATO N 01.2024.00003420-3

ANEXO III DA RESOLUÇÃO N. 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022.

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Supervisão das Promotorias de Justiça de Ponta Porã faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº. 0003/2024, referentes aos documentos da 2ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã, nos termos do disposto no art. 10 da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022.

O Prazo é de 5 (cinco) dias, contando da publicação no DOMP, para possíveis manifestações ou para possibilitar às partes interessadas requerer, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes, salvos as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

Ponta Porã, 22 de Abril de 2024.

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE  
Promotora de Justiça  
Supervisão das Promotorias de Justiça

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 0003/2024

PROVENIÊNCIA – Promotoria de Justiça de Ponta Porã-Ms		PROCEDÊNCIA – Órgão Responsável pelo Arquivamento - Supervisão das Promotorias de Justiça de Ponta Porã-MS		
Órgão / Setor 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ-MS		Órgão / Setor – SUPERVISÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ-MS		
TIPO DOCUMENTAL		JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL				
Classe-200-Notícia de fato: qualquer demanda dirigida aos órgãos da atividade-fim do Ministério Público, civil (individual, difusa ou coletiva) e criminal, submetida à apreciação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, conforme as atribuições das respectivas áreas de atuação, podendo ser formulada presencialmente ou não, entendendo-se como tal		Decurso do Prazo de guarda previsto na Tabela de temporalidade (Resolução n. 17/2022-PGJ, de 19/04/2022). Os referidos documentos já	2004	2016





<p>a realização de atendimentos, bem como a entrada de notícias, documentos, requerimentos ou representações.</p> <p>Classe-200-Menor Infrator – Ato infracional, parecer, pedido de arquivamento; busca e apreensão; petição inicial; termo de audiência; representação; termo de oitiva; termo de remissão.</p> <p>Classe-200-Procedimento Administrativo de acompanhamento de instituições, destinado a acompanhar e fiscalizar de forma continuada, instituições, como as entidades que prestam acolhimento, institucional, para criança e adolescentes, instituições voltadas para adolescentes em conflito com a lei; estabelecimentos penais; casa-abrigos para mulheres em situação de violência doméstica e familiar; unidades policiais; unidades de atendimento ao idoso e demais instituições de assistência social na forma da lei.</p> <p>Classe-100-Termo de Declaração</p> <p>Classe- 100-Diligências: Pareceres técnicos.</p> <p>Classe-200-Procedimento preparatório: procedimento formal. Prévio ao inquérito civil, que visa apurar elemento para identificação dos investigados ou do objeto (art. 9º da Lei n. 7.347/85, art. 2º, parágrafo 4 a 7º. Da resolução CNMP n. 23) .</p> <p>Classe-200-Inquérito civil: procedimento, de natureza unilateral e facultativa, instaurado para apurar fato que possa autorizar a tutela dos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público nos termos da legislação aplicável, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (art. 1º da Resolução CNMP nº 23). Procedimento de natureza administrativa, instaurado mediante portaria, onde são reunidos oficialmente os documentos produzidos no decurso de uma investigação destinada a constatar desrespeito a direitos constitucionalmente assegurados ao cidadão, dano ao patrimônio público ou social ou a direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis (CF, arts. 127, <i>caput</i>, e 129, II e III) .</p> <p>Classe-000.060.061.061.1-Protocolo: documentos referentes ao controle da entrada e saída (recebidos e enviados), da distribuição, da movimentação e da expedição de documentos e processos, bem como aqueles referentes aos procedimentos para autuação dos documentos avulsos, a exemplo de controle de processos, documentos internos e externos e correspondências expedidas, recebidas e movimentadas; livros de protocolo.</p>	cumpriram seus prazos de guarda.		
<p align="center"><b>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:</b> Nazira Quintana Hamer – Aux. Administrativo</p> <p align="center">Data do preenchimento:</p>			

## ANEXO II DA RESOLUÇÃO Nº 17/2022-PGJ, DE 19 DE ABRIL DE 2022

FORMULÁRIO DE RECOLHIMENTO DE DOCUMENTOS PARA ELIMINAÇÃO				
Unidade Produtora: 2ª PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ-MS				
Responsável: ANDRÉA DE SOUZA RESENDE				
Classe e subclasse	Descrição do documento	Ano do documento	Volume	Observações
Classe-200	Notícia de fato: qualquer demanda dirigida aos órgãos da atividade-fim do Ministério Público, civil (individual, difusa ou coletiva) e criminal, submetida à apreciação das Procuradorias e Promotorias de Justiça, conforme as atribuições das respectivas áreas de atuação, podendo ser formulada presencialmente ou não, entendendo-se como tal a realização de atendimentos, bem como a entrada de notícias, documentos, requerimentos ou representações; Cx s/ n.	2013	06 Volumes	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-200	Menor Infrator – Ato infracional, parecer, pedido de arquivamento; busca e apreensão; petição inicial; termo de audiência; representação; termo de oitiva; termo de remissão- Cx n. 226, Cxa n. 223,	2012/2013/2014/2015/2016/2017	08 Volumes	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-200	Procedimento Administrativo de acompanhamento de instituições, destinado a acompanhar e fiscalizar de forma continuada, instituições, como as entidades que prestam acolhimento, institucional, para criança e adolescentes, instituições voltadas para adolescentes em conflito com a lei; estabelecimentos penais; casa-abrigos para mulheres em situação de violência doméstica e familiar; unidades policiais; unidades de atendimento ao idoso e demais instituições de assistência social na forma da lei-Cx n. s/n.	2013	04 volumes	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-100	Termo de declarações-Cx s/ n.	2012/2013	06 volumes	Apto para ELIMINAÇÃO



Classe-100	Diligencias: Pareceres técnicos-Cx. s/ n.	2013/2014	04 volumes	Apto para ELIMINAÇÃO
200	Procedimento preparatório: procedimento formal. Prévio ao inquérito civil, que visa apurar elemento para identificação dos investigados ou do objeto (art. 9º da Lei n. 7.347/85, art. 2º, paragrafo 4 a 7º. Da resolução CNMP n. 23) - Cxa 12, Cxa n. 123,	2011	03 volumes	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-200	Inquérito civil: procedimento, de natureza unilateral e facultativa, instaurado para apurar fato que possa autorizar a tutela dos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público nos termos da legislação aplicável, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (art. 1º da Resolução CNMP nº 23). Procedimento de natureza administrativa, instaurado mediante portaria, onde são reunidos oficialmente os documentos produzidos no decurso de uma investigação destinada a constatar desrespeito a direitos constitucionalmente assegurados ao cidadão, dano ao patrimônio público ou social ou a direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis (CF, arts. 127, caput, e 129, II e III) - Cx n. 35, Cxa. 38; Cxa 112, Cxa 123,	2004/2005/2007/2009/2013	03 volumes	Apto para ELIMINAÇÃO
Classe-000.060.061.061.1	Protocolo: documentos referentes ao controle da entrada e saída (recebidos e enviados), da distribuição, da movimentação e da expedição de documentos e processos, bem como aqueles referentes aos procedimentos para autuação dos documentos avulsos, a exemplo de controle de processos, documentos internos e externos e correspondências expedidas, recebidas e movimentadas; livros de protocolo-cx s/n.	2012/2013/2014/2015	10 Volumes	Apto para ELIMINAÇÃO
Conforme o Anexo II da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022, que dispõe sobre a Política de Arquivo e aprova o Plano de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade de Documentos a serem adotados pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.				
Local e data:				
Carimbo e assinatura do Responsável				
PARA USO DA CPAD				
Recebido ____/____/____				
Carimbo e assinatura do Responsável				

EDITAL Nº 0021/2024/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2024.00003485-8, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2024.00003485-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Associação Capoeira Camará

Assunto: acompanhar a prestação de contas de verbas oriundas de acordos de não persecussão penal e compromissos de ajustamento de condutas firmados no ano de 2024 da entidade beneficiária Associação Capoeira Camará, com sede em Ponta Porã/MS.

Ponta Porã/MS, 16 de abril de 2024

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça



---

**RIO BRILHANTE**

---

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Brilhante, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>11</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos N. 0000193-42.2023.8.12.0020, em que constam como investigado(a/s) JOSÉ MARIA ALVES DA SILVA<sup>12</sup> e vítima(s) MARIA DO ROSÁRIO OLIVEIRA CALHEIROS, conforme se transcreve: “Diante do exposto, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul promove / requer a Vossa Excelência o arquivamento do presente Inquérito Policial, nos termos do artigo 28, do CPP, sem prejuízo do estatuído no artigo 18, do CPP, caso surjam novas e esclarecedoras provas.”.

Rio Brilhante, em 22 de abril de 2024.

JORGE FERREIRA NETO JÚNIOR  
Promotor de Justiça

---

**TRÊS LAGOAS**

---

**EDITAL Nº 06.2024.00000398-7**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas-MS torna pública a instauração do presente Procedimento Administrativo, abaixo especificado, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Elvírio Mário Mancini, 860, Centro, em Três Lagoas-MS, Ministério Público Estadual.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: CILAS DAVID DELITE 15725740110

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente de lançamento de resíduos sólidos em local inadequado. A Secretaria Municipal do Meio Ambiente encaminhou o Auto de Infração e multa nº 195/2023 e o Laudo de Constatação nº 202/2023, os quais dispuseram a multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Três Lagoas – MS, 19 de abril de 2024.

ANTONIO CARLOS GARCIA DE OLIVEIRA  
Promotor de Justiça  
1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Urbanismo da Comarca de Três Lagoas-MS

**EDITAL Nº 06.2024.00000404-2**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas-MS torna pública a instauração do presente Procedimento Administrativo, abaixo especificado, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Elvírio Mário Mancini, 860, Centro, em Três Lagoas-MS, Ministério Público Estadual.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000404-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Ingrid Rafaela Bueno Medeiro

Assunto: Apurar possível dano ambiental em decorrência de maus-tratos a animal canídeo.

Três Lagoas – MS, 22 de abril de 2024.

ANTONIO CARLOS GARCIA DE OLIVEIRA  
Promotor de Justiça  
1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Urbanismo da Comarca de Três Lagoas-MS

---

<sup>11</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

<sup>12</sup> Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.